

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LETÍCIA MALLMANN

**RIO GRANDE DO SUL: RURAL OU URBANO?
Uma análise demográfica do Estado com base nos dados do Censo 2010**

**Porto Alegre
2011**

LETÍCIA MALLMANN

RIO GRANDE DO SUL: RURAL OU URBANO?
Uma análise demográfica do Estado com base nos dados do Censo 2010

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Paulo Dabdab Waquil

Porto Alegre

2011

LETÍCIA MALLMANN

**RIO GRANDE DO SUL: RURAL OU URBANO?
Uma análise demográfica do Estado com base nos dados do Censo 2010**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2011.

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil - orientador
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
UFRGS

Prof. Dr. Marcelino de Souza
UFRGS

RESUMO

O objetivo do trabalho foi fazer um levantamento a partir de critérios que não são os oficiais para definir se uma área é ou não rural. Para isso, o estudo faz um levantamento demográfico dos municípios gaúchos a partir dos dados do Censo 2010 apresentados pelo IBGE. De acordo com critérios definidos na metodologia, o trabalho classificou as cidades como essencialmente rurais, relativamente rurais, relativamente urbanas e essencialmente urbanas, levando em conta número de habitantes e densidade demográfica. Esses dados serviram de base para elaborar o mapa do Rio Grande do Sul com a graduação de rural a urbano. As regiões também foram classificadas nas quatro categorias.

Palavras-chave: Rural. Urbano. Ruralidade. População. Densidade demográfica. Censo 2010.

ABSTRACT

The objective of this paper was to do a review of cities based on criteria that are not official to determine if an area is rural or not. For this, the study is a demographic survey in the municipalities of Rio Grande do Sul from the 2010 Census data presented by IBGE. According to criteria defined in the methodology, the study ranked cities as essentially rural, relatively rural, relatively urban and essentially urban, taking into account the number of inhabitants and population density. These data served as basis for drafting the map of the Rio Grande do Sul with the graduation of rural to urban. The regions were also classified into four categories.

Keywords: Rural. Urban. Rurality. Population. Population density. Census 2010.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: Relação do número de municípios classificados em cada faixa populacional.....	30
Figura 2: Relação do número de municípios classificados em cada faixa demográfica	31

Mapas

Mapa 1: População dos municípios do Rio Grande do Sul	27
Mapa 2: Densidade Demográfica dos municípios do Rio Grande do Sul (2010)	29
Mapa 3 Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs.....	36
Mapa 4: Regionais funcionais dos COREDEs	37
Mapa 5: Classificação dos municípios do Rio Grande do Sul - 2010	43

Quadros

Quadro 1: Critérios de classificação dos municípios.....	24
Quadro 2: Total População Rio Grande do Sul / Censo 2000	26
Quadro 3: Total População Rio Grande do Sul / Censo 2010.....	26
Quadro 4: Aplicação da metodologia proposta por Veiga para Nível Territorial Local no RS	
Quadro 5 Aplicação da metodologia proposta por Veiga para Nível Territorial Local no RS com a inclusão dos Centros Urbanos.....	34
Quadro 6: Aplicação da Metodologia da OCDE para classificação regional utilizando regiões funcionais do RS.....	39
Quadro 7: Valores resultantes da aplicação da nova proposta	40
Quadro 8: Classificação regional na nova proposta	46

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	8
<u>1.1 Objetivos e hipóteses</u>	8
<u>1.2 Justificativa e importância do estudo</u>	9
<u>2 REVISÃO DA LITERATURA</u>	11
<u>2.1 Transformações no campo</u>	11
<u>2.2 Ruralidade</u>	13
<u>2.3 Metodologias de análise do espaço rural</u>	19
<u>3 METODOLOGIA</u>	23
<u>4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS e ANÁLISE DOS RESULTADOS</u>	26
<u>4.1 Classificação local segundo Veiga com dados do Censo 2010</u>	31
<u>4.2 Classificação Regional segundo a OCDE</u>	35
<u>4.3 Nova classificação para o nível local</u>	40
<u>4.4 Nova classificação para o nível regional</u>	44
<u>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	47
<u>REFERÊNCIAS</u>	53
<u>APÊNDICE A - CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES</u>	55

1 INTRODUÇÃO

A cada eleição e a cada novo governo que assume o Estado, as promessas e os desafios são recorrentes e têm o mesmo objetivo: promover o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Mas para que isso ocorra é preciso ter bem definidos quais são os gargalos que devem ser superados. Essa identificação passa por uma análise do tipo de futuro que queremos para o nosso Estado. Será que a solução é uma unidade federativa totalmente urbanizada, com 100% da população vivendo nas cidades? Parece que não. Senão não discutiríamos com bastante frequência alternativas para manter o homem no campo, conter o êxodo rural e garantir a produção de alimentos. Então que tipo de políticas públicas o Rio Grande do Sul precisa para se desenvolver com sustentabilidade e com qualidade de vida para todos? Para responder a essa pergunta, é preciso primeiro traçar um perfil da população gaúcha e então avaliar as necessidades dela, que serão diferentes conforme o tipo de região em que a pessoa vive. Municípios com características rurais têm demandas diferentes de municípios urbanos. Por isso, é fundamental conhecer a realidade de cada parte do Estado a fim de garantir a efetividade das políticas públicas e induzir o desenvolvimento.

O presente estudo faz um levantamento demográfico dos municípios gaúchos a partir dos dados do Censo 2010 apresentados pelo IBGE. De acordo com critérios definidos na metodologia, o trabalho classificou as cidades como essencialmente rurais, relativamente rurais, relativamente urbanas e essencialmente urbanas, levando em conta número de habitantes e densidade demográfica. Esses dados serviram de base para elaborar o mapa do Estado com a divisão entre rural e urbano. Todos os 496 municípios existentes em 2010 foram analisados.

A mesma classificação foi adotada em âmbito regional. Para essa divisão, o trabalho utilizou as 28 regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, os COREDEs. Também foram classificadas as 9 regiões funcionais formadas por estes COREDEs.

1.1 Objetivos e hipóteses

O objetivo do trabalho foi fazer um levantamento a partir de critérios que não são os oficiais para definir se uma área é ou não rural. Atualmente, as regras adotadas pelo Brasil

para delimitar a fronteira entre rural e urbano podem distorcer o entendimento sobre a distribuição geográfica da população, já que se considera urbana toda sede de município e de distrito, sem levar em conta outros fatores como população, densidade demográfica e situação do ambiente. Essa divisão tem como um dos propósitos definir quais imóveis estão enquadrados nas hipóteses de incidência do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), de competência dos municípios, e do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), de competência da União. No entanto, este trabalho tem o propósito de analisar apenas características demográficas dos municípios e regiões, sem entrar no mérito da disputa por receitas tributárias.

A hipótese deste estudo é que o Rio Grande do Sul é menos urbano do que se imagina, tendo em vista a grande quantidade de pequenos municípios. Essas unidades locais menores mantêm características de espaços rurais e a população conserva um estilo de vida comparável à vida no campo, mesmo que suas casas estejam localizadas na cidade. Este trabalho considera inverossímil classificar como urbanos municípios de 2 mil habitantes da mesma forma como se faz com os de 150 mil habitantes. É evidente que as estruturas dessas duas comunidades são diferentes e precisam ser olhadas distintamente. Essa visão pode ser melhor compreendida no capítulo 2, que faz uma revisão da literatura.

A partir da análise dos dados, foram elaborados mapas que ilustram a ideia apresentada por este trabalho. Os resultados também foram comparados a um estudo realizado por Blume (2004) que utilizou informações do Censo 2000. A apresentação dos dados e análise dos resultados são feitas no capítulo 4.

1.2 Justificativa e importância do estudo

Pode-se constatar que as pessoas estão buscando cada vez mais qualidade de vida, lugares onde possam viver ou passear com tranquilidade e segurança. Nesse sentido, as zonas rurais e os municípios pequenos tornam-se opções para quem quer viver longe do estresse das grandes metrópoles. Essa pode ser uma saída para o caos em que as maiores cidades brasileiras estão mergulhadas.

No entanto, são necessárias políticas públicas que tornem atraentes essas regiões periféricas de forma a criar oportunidades de renda e emprego, além de infraestrutura necessária como escolas, saneamento e estradas. Em outras palavras, é preciso levar as

comodidades do desenvolvimento urbano para a população rural. Passou a época em que progresso era sinônimo de urbanização, ideia difundida durante a revolução industrial.

A definição de rural não é algo consolidado na literatura. Mas algumas entidades ligadas às Nações Unidas consideram o rural “não por oposição e sim na sua relação com as cidades [...]”(ABRAMOVAY, 2009, pag. 22). O esforço é para identificar a interdependência das regiões rurais e as aglomerações urbanas. Essa mudança de visão é fundamental para a definição de políticas públicas. “Se o meio rural for apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza” (ABRAMOVAY, 2009, p. 23). Para isso, é preciso conhecer quais são as áreas que se encaixam nesse conceito de “rural” e então planejar estratégias de desenvolvimento regional que não tenham como objetivo final a urbanização.

Esse trabalho se propôs justamente a identificar quais são as áreas que precisam receber um novo olhar das políticas públicas por meio de uma classificação que identifica também níveis intermediários entre o rural e o urbano. O capítulo 5 apresenta as considerações finais, que confrontam os resultados obtidos com os esperados e faz mais algumas reflexões sobre o tema, já sob a influência da configuração obtida dos municípios e das regiões.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revolução agrícola ocorrida em vários lugares do mundo, reflexo do desenvolvimento tecnológico promovido pela revolução industrial, trouxe para a produção agrícola a modernização e o aumento da produtividade, gerando maiores quantidades de alimentos sem necessidade de ampliar a área cultivada. Os processos foram mecanizados e o ganho em escala acabou com o temor de que a escassez de alimentos seria o mal do século XX. Em contrapartida, a mão-de-obra dos agricultores passou a ser cada vez mais dispensável, o que gerou um êxodo da população rural para os centros urbanos, levando a problemas de infraestrutura precária, desemprego e criação de favelas. Situação que foi agravada após a 2ª Guerra Mundial, com a revolução verde, estratégia dos países desenvolvidos para aumentar a produção mundial, com o pretexto de combater a fome e a miséria nos países subdesenvolvidos. Por meio de um pacote tecnológico que incluía novas técnicas de cultivo, equipamentos, fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes selecionadas, países como os Estados Unidos aumentaram a dependência das nações periféricas que dependiam dos produtos fornecidos por empresas estrangeiras. Esse cenário favoreceu os latifundiários e grandes produtores que tinham condições de pagar pelo novo modo de produção. Mais uma vez, os pequenos produtores e trabalhadores rurais foram excluídos do processo, reforçando o êxodo rural e a miséria no campo, que paradoxalmente pretendia-se combater.

Além disso, em nome da modernização, veio também o descaso com o meio-ambiente, como os desmatamentos, a degradação do solo e a poluição dos rios. Esses movimentos geraram profundas mudanças no cenário rural durante o século XX, que impactaram também as zonas urbanas. De acordo com Elesbão (2010), o processo de modernização agropecuária e a decorrente migração campo-cidade levaram a população brasileira a vivenciar uma rápida urbanização, na maioria das vezes desordenada.

2.1 Transformações no campo

Nos últimos anos, um dos principais desafios do Brasil é gerar renda para manter o homem no campo. Tendo em vista a estrutura de produção agrícola vigente atualmente, não é mais possível pensar apenas em ocupações agropecuárias. Nos países desenvolvidos já existe tendência ao aumento de empregos não-agrícolas no meio rural. De acordo com Schneider (2009), um relatório da OCDE de 1996 indica declínio do emprego agrícola no período de 1980/90, enquanto os setores não-agrícolas ofereceram maiores possibilidades de emprego, inclusive em regiões essencialmente rurais. Schneider (2009) afirma que a surpresa não está na diminuição do emprego agrícola, mas na capacidade de desenvolvimento de novas atividades empregadoras no espaço rural que, às vezes, possuem pouca ou nenhuma ligação direta com a agricultura. O autor alerta, porém, que essa mudança não deve ser interpretada como perda da importância das atividades propriamente agrícolas, e sim como um processo de diversificação produtiva.

No caso da América Latina a situação não é diferente e a população rural é cada vez menos sinônimo de população agrícola, e as formas de ocupação do espaço rural são cada vez mais diversificadas. (SCHNEIDER, 2009).

No Brasil, a questão desperta o interesse de vários pesquisadores, entre eles, José Graziano da Silva, que coordena o Projeto Rurbano. Para ele, existem 3 causas principais para o aparecimento da pluriatividade. A primeira seria uma urbanização do campo resultante do transbordamento das cidades, por meio da criação de atividades ligadas ao lazer e ao ócio, moradias secundárias de classe média e prestação de serviços. A segunda razão decorreria da crise do próprio setor agrícola, com a queda dos preços agrícolas. A última causa estaria relacionada aos limites de crescimento do próprio emprego agrícola. Segundo Silva, “é preciso ampliar a velha noção de setor agropecuário para além das atividades produtivas tradicionais (como cultivo e criação de animais) e incluir no espaço agrário a produção de serviços (tais como lazer, turismo, preservação do meio-ambiente) e de bens não agrícolas” (SILVA, 1998, p. 184).

Schneider (2009) apresenta ainda outras razões responsáveis pela emergência de atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro. Uma delas seria o processo de descentralização e interiorização de alguns tipos de indústrias, que tem contribuído para revitalização econômica de determinadas áreas rurais.

Todos esses estudos apontam que está em curso um processo de alteração das características do mercado de trabalho rural e da ocupação da força de trabalho residente nessas áreas, aliada a uma rápida diminuição das pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Schneider (2009) conclui que o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural está se

configurando como um fenômeno absolutamente relevante não apenas para promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social das populações rurais, mas, também, para a própria interpretação analítica das transformações agrárias.

José Eli da Veiga (2003) também aborda a questão da identidade do meio rural e defende a mudança do pensamento dominante no país acerca das tendências da urbanização e de suas implicações sobre as políticas de desenvolvimento que o Brasil deve adotar. Veiga (2003) aponta para o disparate do que se considera urbano no país ao relatar que das 5.507 sedes de municípios em 2000, 1.176 tinham menos de 2 mil habitantes, 3.887 menos de 10 mil e 4.642 menos de 20 mil. Zuñiga (2010) lembra que a definição legal de urbano no Brasil está relacionada à arrecadação de tributos. Segundo ele, a preocupação com a delimitação do perímetro urbano está diretamente correlacionada à cobrança de impostos. Isso porque o imposto predial e territorial urbano (IPTU), de competência dos municípios, tem impacto maior para o governo local do que o imposto territorial rural, de competência da União, cujas alíquotas são menores. Dessa forma, foram criados “alguns equívocos oriundos da ânsia de aumentar a arrecadação tributária, de forma que, em alguns casos, o perímetro urbano foi dilatado para que houvesse uma maior arrecadação municipal, ainda que tais espaços apresentem marcadamente traços agrícolas” (ZUÑIGA ET AL., 2010, p. 286).

Abramovay (2009) chama a atenção para o fato de todas as publicações censitárias apontarem para o esvaziamento do meio rural. Esta constatação é raramente contestada. Alguns consideram sinal de progresso; outros, lamentam. Outro dado, porém, parece apontar na direção oposta. A maior parte dos municípios com alto índice de desenvolvimento humano é eminentemente rural.

Não há dúvidas de que a ocupação agrícola, mesmo nas regiões mais rurais da OCDE, encontra-se em queda relativa e na maior parte absoluta. No entanto, algumas regiões rurais fazem parte de zonas muito dinâmicas economicamente.

2.2 Ruralidade

A primeira questão que precisa ficar clara neste trabalho é o conceito de ruralidade. Como o texto aborda classificações que variam de rural a urbano, cabe fazer algumas observações acerca do significado dessas palavras. Uma associação que logo é feita ao verbete rural é a agropecuária. Logo, muitos imaginam fazendas e sítios, com suas plantações

e animais. Isso pode gerar confusão ao introduzirmos a ideia de um município rural. Alguém poderá perguntar se essa seria uma cidade onde se criam galinhas no quintal ou se plantam pés de milho no jardim. Não é isso. O significado desse rural é mais amplo e não se restringe à atividade econômica normalmente associada a ele. Trata-se de um modo de vida e de relações que ocorrem em um ambiente em que o homem ainda tem uma relação muito forte com a natureza. O ritmo é diferente do encontrado nas chamadas “cidades grandes”. Essa visão extrapola o senso comum e adquire uma dimensão sócio-cultural onde se observa vários quesitos da vida em comunidade.

De acordo com Kageyama (2008) a noção de rural é formada pela ideia de localização geográfica e de algum grau de distância, que remete a uma área afastada ou isolada. A questão delimitar de forma mais concreta o conceito relativo de distância.

A visão tradicional apresentada por Kageyama (2008) atribui à ruralidade 3 características principais, que são: espaços de baixa densidade populacional, população ocupada em atividades agrícolas e situação de atraso material e cultural. Nos dias atuais, no entanto, existe uma nova configuração que não se enquadra nessa corrente, como destaca a autora:

Hoje, no meio rural de praticamente todos os países, há uma grande diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas, novas funções não exclusivamente produtivas, maior interação com o entorno urbano e uma revalorização do rural que pode inverter o movimento de uma fração da população em direção às áreas rurais”. (KAGEYAMA, 2008, p. 20).

Tendo em vista essa concepção, Kageyama (2008) apresenta a noção de uma “nova ruralidade” que vem sendo trabalhada por alguns autores e que tem entre suas dimensões a reformulação quanto ao alcance do rural, que passa a abranger certos espaços até então considerados urbanos. O que se torna central é a articulação entre rural e urbano e o grau de integração entre esses ambientes, percebido pelo funcionamento dos mercados de trabalho, com trabalhadores morando em um espaço e exercendo seu emprego em outro, e pelo acesso dos habitantes rurais a mercado de produtos e serviços relacionados ao bem-estar social. Entre os diversos elementos que podem ser observados, Kageyama (2008) destaca o estabelecimento não mais de relações antagônicas, mas sim de complementaridade com o urbano, e a diversificação social, uma vez que o rural se torna atrativo para diferentes classes e categorias que estão em busca de lugares sossegados para viver, além do interesse em promover a preservação ambiental.

Kageyama (2008) ressalta que não se trata de “um renascimento do antigo rural”, mas de uma mutação, ainda que permaneçam aspectos de continuidade. A autora também esclarece que no debate mais recente o enfoque da ruralidade deixa de lado o espaço geográfico para se voltar à construção social do rural. A identidade do rural é dada pela existência de um grupo social com pertencimento a uma dada localidade. Essas “localidades rurais” caracterizam-se como pontos de encontro de diversos conjuntos de relações sociais que interagem em forma de redes.

As características do rural enquanto espaço, segundo Kageyama (2008), são a menor densidade populacional, a relação com a natureza e a relação com as cidades. A noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado e não como um obstáculo a ser removido pelo progresso agrícola.

No Brasil, se usa a delimitação administrativa para separar o rural e o urbano. Isso gera alguns problemas, entre eles, a de que apenas a extensão de serviços públicos define a região como urbana. Mas essa não é a única forma de classificação. Em alguns países, o peso econômico na ocupação de mão-de-obra da agricultura é o principal critério para a definição de ruralidade. Já outras nações consideram rurais as localidades abaixo de um certo patamar populacional. No entanto, apenas este critério não permite uma abordagem regional da ruralidade.

Para Abramovay, um ponto importante que precisa ser compreendido é que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial. Então, existe pluratividade nessas regiões. A literatura internacional aponta as características gerais do meio rural com base em 3 aspectos: a relação com a natureza, a importância das áreas não-densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. “À medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado, e não como um obstáculo que o processo agrícola deve remover, vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade” (ABRAMOVAY, 2009, p. 31).

A magnitude da população rural no Brasil, se considerarmos outros critérios que não o oficial, pode ficar em torno de 30% do total de habitantes. Por isso, se justifica a adoção de planejamento de políticas específicas para as áreas “rurais”, não apenas de campo aberto, mas também em pequenos municípios. Segundo Abramovay, “não só pelas dificuldades crescentes das grandes regiões metropolitanas em criar novas oportunidades de trabalho e integração, mas, sobretudo, pelo que o próprio meio rural tem a oferecer para a sociedade” (ABRAMOVAY, 2009, p. 53). A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada pela urbanização. Ela é cada vez mais um valor para a sociedade.

Estudos realizados no exterior e no Brasil indicam a emergência e o crescimento de diversas atividades não diretamente vinculadas à agropecuária, e atribuições de novas funções ao espaço rural para além de seu tradicional papel agrícola-alimentar. Segundo Froehlich (2006), isso demonstra que, nas sociedades contemporâneas, o desenvolvimento dos territórios rurais depende não apenas do dinamismo do setor agrícola, mas também da capacidade de fomentar outras atividades econômicas e outros interesses sociais, além de buscar um novo significado para suas próprias funções.

Sempre houve uma tendência a relacionar o campo a atraso e pobreza. De fato, segundo relatório do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, apresentado por Waquil (2002), três quartos das pessoas em condição de extrema pobreza vivem e trabalham em áreas rurais. Entre as causas citadas pelo autor (WAQUIL, 2002, p. 625), estão “a elevada concentração fundiária, somada à baixa rentabilidade das atividades agrícolas e à tendência de queda nos preços dos produtos agrícolas” e “os investimentos insuficientes em capital humano e social e em infraestrutura rural”. Segundo pesquisa realizada por Waquil com os dados do PNAD no Rio Grande do Sul, a renda média auferida pela população rural é inferior à renda média urbana, o que indica a necessidade de buscar alternativas para aumentar a renda nas áreas rurais. Entre os caminhos possíveis, estão o “uso sustentável e conservação dos recursos naturais, a criação de infraestrutura e prestação de serviços básicos no meio rural, a implementação de políticas sociais voltadas à população rural e a importância crescente das atividades não agrícolas” (WAQUIL, 2002, p. 643).

Nessa mesma linha de repensar e redimensionar o meio rural, Wandscheer e Teixeira (2010) sugerem que as concepções acerca desse ambiente estão em transformação e esses locais não são mais “identificados com o atraso e a precariedade de bens e serviços em sua totalidade, mas representam muito mais sinônimos de qualidade de vida e bem-estar” (WANDSCHEER; TEIXEIRA, 2010, p. 47). Diante dessa perspectiva, o conceito de ruralidade contempla uma abordagem que desfaz a dicotomia rural-urbano, que carregava o entendimento do rural enquanto espaço de atraso e o urbano como sinônimo de modernidade. Hoje existem atribuições de novas características ao meio rural que não cabem na visão ultrapassada do período pós-industrialização. Além dos tradicionais atores, entram em cena novos agentes, que refletem novos valores, resultado das novas necessidades da sociedade contemporânea. Wandscheer e Teixeira (2010) salientam que se trata “de algo novo, no qual, atualmente, velhos espaços passaram a conferir novos valores e a compreender distintas funções”.

Elesbão (2010) desenvolve seu raciocínio no mesmo sentido. Segundo ele, o rural passou a ser olhado não somente como local de produção de alimentos e matérias-primas, mas como espaço onde se pode ter contato com a natureza e uma melhor qualidade de vida. Os atributos naturais e culturais passam a ser o diferencial dessas regiões.

A valorização do meio rural para além da vinculação com a agricultura leva à busca de alternativas para desenvolvimento desses territórios, com ocupações que aliem preservação ambiental e cultural com geração de renda. Uma atividade que vem crescendo nos últimos anos é o turismo rural. Para Wandscheer e Teixeira (2010), mesmo não sendo a única opção para solucionar os problemas do meio rural, ela pode e deve ser utilizada em suas potencialidades espaciais, seja pelo fato de propiciar uma maior interação entre populações residentes em espaços distintos, que possuem costumes e hábitos diferenciados, seja pelo elemento de maior destaque no turismo rural, a relação homem-natureza.

Essa nova contextualização do meio rural passa por uma mudança de paradigma. É necessário romper com a ideia de que apenas políticas de fomento à agricultura, como subsídios e garantia de preço mínimo vão garantir renda suficiente para manter a população no campo, ou até criar um êxodo dos grandes centros em direção às zonas rurais. O meio rural não pode ser vinculado apenas à produção de alimentos. Ele deve ser entendido como um sistema mais complexo que se relaciona com os centros urbanos não apenas como fornecedor de bens primários, mas com a prestação de serviços de alto valor agregado que correspondem a uma escolha de vida. Nesse sentido, Wandscheer e Teixeira (2010) colocam a dinamização das economias locais que levaria à redução das migrações campo-cidade, ao aumento da fixação de indivíduos jovens no campo, e ainda, à elevação da autoestima dos habitantes.

O turismo rural já é uma realidade em algumas regiões do Rio Grande do Sul. Mesmo sem a infraestrutura pública necessária, como estradas em boas condições, algumas zonas vêm desenvolvendo essa atividade de forma promissora. No entanto, o estado tem muito a crescer nessa área. Para isso, precisa-se de políticas direcionadas não apenas àquelas zonas que são indiscutivelmente rurais, mas também, a sedes de pequenos municípios, que embora hoje sejam considerados urbanos, deveriam ter um planejamento diferenciado em relação aos grandes centros. Para isso, é necessário identificar quais são as cidades que poderiam ser consideradas como meio rural para planejar políticas mais adequadas a essas regiões.

Segundo Fucks e Souza (2010), o turismo rural veio despertar o interesse de muitas famílias enquanto opção econômica para geração de renda no lugar, partindo-se do aproveitamento do patrimônio de recursos já existentes. Em outras palavras, a adoção dessa atividade requer investimentos pequenos por parte das famílias rurais. É mais uma questão de

adaptar as construções já existentes para receber os visitantes e aproveitar as belezas e atrativos naturais da região. A possibilidade de aumentar a renda familiar com um custo baixo é uma alternativa para os produtores continuarem no campo. Como observam Fucks e Souza (2010),

[...] entre as motivações para a adesão dos agricultores está o fato de o trabalho, tradicionalmente realizado no campo, nem sempre prover o capital e recursos necessários para uma produção econômica eficiente, a manutenção de infraestrutura da propriedade, a preservação do patrimônio, o sustento digno da família e sua permanência no meio rural (p. 97).

Não é só a área estritamente rural que atrai os turistas. Os pequenos municípios em si devem ser considerados uma opção de roteiro. Desfrutar de uma vida pacata, poder passear pelas ruas tranquilamente, conviver com os moradores, experimentar os hábitos da pequena comunidade, como, por exemplo, tomar chimarrão em frente de casa no fim de tarde, são motivos que podem ser explorados pelo chamado turismo rural. Essa é uma forma de ampliar o leque de atividades para os visitantes. Fucks e Souza (2010) destacam essa oportunidade ressaltando que “ao estimular a visitação à propriedade, deve-se estabelecer relações entre esses atrativos e as demais festividades e atrações dos municípios a fim de prolongar a permanência do visitante no lugar”. Além disso, também se deve ressaltar o efeito multiplicador dos gastos realizados pelo turista.

O dinheiro que é trazido pelos visitantes e circula na economia local é muito importante, pois, em razão das poucas oportunidades de emprego encontradas no mercado de trabalho local, a atividade turística cria uma série de expectativas, em função, principalmente, desse efeitos multiplicador, o qual geraria oportunidades de trabalho não só na atividade em si, como também em outras atividades relacionadas aos serviços turísticos (PIRES, 2004¹ apud ELESBÃO, 2010, p. 155).

No entanto, essa chance é desperdiçada na maioria das cidades gaúchas que poderiam se beneficiar desse potencial. O que falta, talvez, seja uma articulação regional para promover pequenas localidades para o resto do Estado e do país. “Ainda existem muitas comunidades que não despertaram para a utilização, como recurso turístico e educativo, do seu patrimônio cultural, desconhecendo a sua potencialidade de viabilizar o turismo cultural” (FUCKS; SOUZA, 2010, p. 102).

¹ PIRES, P.S. O despertar dos municípios para o turismo: potencialidades e limitações em análise. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2004, Joinville. Anais. Joinville: Ielusc, 2004. p. a-13.

2.3 Metodologias de análise do espaço rural

Para contornar a distorção que as convenções tradicionais causam na divisão urbano-rural, alguns pesquisadores que estudam o desenvolvimento regional utilizam outras regras. Uma delas é não considerar urbanos os habitantes de municípios com menos de 20 mil habitantes. Essa convenção, que já é usada desde a década de 1950, derrubaria para 70% o grau de urbanização do Brasil em 2000, apontado pelo IBGE como sendo de 81,2%.

No entanto, outros dois indicadores precisariam ainda ser considerados para evitar equívocos: a densidade demográfica e sua localização. Segundo dados de uma pesquisa realizada pelo IBGE em parceria com o IPEA e a Unicamp, em 1999, 455 municípios foram enquadrados nas 12 aglomerações metropolitanas, 37 demais aglomerações e 77 centros urbanos do país. Esse seria o Brasil inequivocadamente urbano, representando 57% da população. (VEIGA, 2003, p. 33).

Para classificar os demais 5.052 municípios, Veiga (2003) sugere o uso do índice de pressão antrópica. Esse indicador seria o que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas, e portanto, o grau de artificialização dos ecossistemas que reflete o efetivo grau de urbanização dos territórios. Para isso, o autor sugere a utilização de um corte baseado na densidade demográfica já que esse seria um indicador de pressão antrópica. Segundo Veiga (2003), quanto menor a densidade demográfica, maior deve ser a tendência desse local de preservar seus aspectos naturais, sem a intervenção do homem, caracterizando-se como um ambiente rural.

Veiga (2003) define como municípios de pequeno porte, ou essencialmente rurais, aqueles que possuem simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km²; de médio porte, ou relativamente rurais, os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes ou cuja densidade supere 80 hab/km², mesmo que a população seja inferior a 50 mil habitantes. Com esse corte, Veiga conclui que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios onde residem 30% dos habitantes do país. Para ele, só existem cidades nos 455 municípios do Brasil urbano.

Como forma de garantir o futuro dessas “regiões rurais”, Veiga propõe “articulações intermunicipais capazes de diagnosticar as vocações do território que compartilham formular um plano de desenvolvimento microrregional e viabilizar seu financiamento com apoio governamental” (VEIGA, 2003, p. 36). O autor defende a adoção de um programa federal voltado ao desenvolvimento sustentável do Brasil rural.

Veiga (2003) introduz ainda a noção de “recomposição de territórios” no sentido de se superar a antiquada dicotomia entre cidade e campo. Veiga propõe trabalhar com a ideia de aglomerações e microrregiões, que podem ser essencialmente urbanas ou rurais. O sucesso dessas regiões passa pela adoção de um plano de desenvolvimento local, segundo o autor. Dois fatores são decisivos nesse planejamento: o sistema produtivo local e o trunfo ambiental.

O primeiro se refere à cooperação realizada por uma rede de empresas de uma mesma atividade ou especialidade que aumenta a competitividade da região. O segundo é algo que está se tornando cada vez mais valorizado, não apenas pelo turismo, mas pela sociedade como um todo, uma vez que passa a ser percebido como patrimônio natural e histórico-cultural, já que costuma estar ligado às tradições do povo local. Segundo Veiga,

[...] não fosse a dificuldade de obter boa educação para seus filhos, já seria muito maior o número de famílias da classe média que teria tomado distância das aglomerações para usufruir de ar puro, água limpa, o silêncio, e as belas paisagens das microrregiões que conseguiram preservar seu patrimônio natural” (VEIGA, 2003, p. 42).

A visão de que o Brasil será inteiramente urbano em 2030 deixa de lado a maior parte do território e parte considerável da população, o que só serve para aumentar as desigualdades que existem entre o Brasil rural e o urbano. A diminuição das desigualdades, segundo Veiga (2003), depende de uma infinidade de mudanças institucionais e não apenas de crescimento econômico.

A análise territorial proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE, é um pouco diferente e utiliza dois níveis de análise, como demonstrado por Blume (2004): o local e o regional. As unidades locais rurais caracterizam-se por apresentar densidade demográfica inferior a 150 hab/km². O segundo nível de análise concentra-se em identificar 3 tipos diferentes de regiões: essencialmente rurais, onde mais de 50% dos habitantes moram em unidades locais rurais; relativamente rurais, em que de 15% a 50% da população está localizada em unidades locais rurais; e essencialmente urbanas, onde menos de 15% dos moradores vivem em unidades locais rurais. Segundo esta definição, em torno de 35% da população dos países da OCDE vive em comunidades rurais, representando 90% do território.

Em sua dissertação de mestrado, Blume (2004) analisou os municípios gaúchos sob a ótica das metodologias propostas por Veiga e pela OCDE. Com os critérios propostos pela OCDE no recorte local, Blume encontrou 31 municípios urbanos e 436 municípios rurais. Já

em nível regional, os critérios da OCDE apontaram para 1 microrregião essencialmente urbana, 3 relativamente rurais e 31 essencialmente rurais.

Utilizando a metodologia defendida por Veiga (2003), foram classificados como essencialmente urbanos 76 municípios; como relativamente rurais, 18 municípios; e como essencialmente rurais, 373 municípios.

Além disso, Blume (2004) propôs um novo modelo de análise por meio de uma combinação entre as duas correntes, abordagem que chamou de territorial escalar hierarquizada (TEH). O autor resolveu extrair os pontos considerados positivos por ele da teoria de Veiga e da OCDE e adotou uma metodologia híbrida. A TEH proposta por Blume (2004) utilizou-se de dois níveis escalares de análise para realizar o corte rural-urbano. Para o nível local, a unidade base utilizada foram os municípios. Ele adotou a divisão administrativa vigente à época do Censo 2000, quando o Estado contabilizava 467 municípios. Para o nível regional, Blume escolheu como unidades de referência as 35 microrregiões geográficas definidas pelo IBGE. Ele justificou a escolha para facilitar a comparação posterior em nível nacional.

Para operacionalizar o nível local, Blume (2004) utilizou dois parâmetros de corte combinados para classificar os municípios como rurais ou urbanos: densidade demográfica de 80 hab/km² e população de 100 mil habitantes. Dessa forma, os municípios que ficaram abaixo desses valores foram classificados como rurais; e aqueles que ficaram acima, como urbanos. Portanto, o autor optou por utilizar apenas duas faixas de distribuição, ignorando o meio termo proposto por Veiga (2003).

Como resultado da pesquisa, Blume (2004) encontrou 64 municípios enquadrados como urbanos, representando 61,66% da população do Estado, e 403 municípios classificados como rurais, o equivalente a 38,34% do total de habitantes do Rio Grande do Sul. Em nível das unidades locais, a metodologia territorial escalar hierarquizada (TEH) definiu como rurais 86,55% dos municípios gaúchos.

Blume (2004) deu prosseguimento a sua pesquisa em nível regional utilizando os critérios de classificação propostos pela OCDE, que utiliza 3 categorias: mais de 50% da população habitando em unidades locais rurais foram classificadas como Microrregiões Essencialmente Rurais; entre 15% e 50% dos habitantes vivendo em unidades locais rurais, foram enquadradas como Microrregiões Relativamente Rurais; e as que apresentaram menos de 15% da população em municípios rurais foram chamadas de Microrregiões Essencialmente Urbanas. O estudo de Blume (2004) encontrou 2 microrregiões essencialmente urbanas, 9 relativamente rurais e 24 essencialmente rurais.

A revisão bibliográfica aqui apresentada reforça a relevância deste estudo. Como se pode perceber, o tema da ruralidade é atual e tem recebido a atenção de pesquisadores da área. Uma das questões centrais apontadas pelos autores citados no texto se refere a como definir e identificar os “espaços rurais” em detrimento da chamada zona rural. Essa nova concepção abrange múltiplas atividades econômicas e tem implícita as ideias de pertencimento e de identidade local dos habitantes. O conceito incorpora também a relação com o meio-ambiente e a manutenção de tradições e hábitos típicos do local.

O presente trabalho toma como pano de fundo as idéias aqui apresentadas e busca colaborar na ampliação das discussões sobre o tema. A contribuição que se quer deixar com esta pesquisa é a de formatar um modelo de análise dos municípios gaúchos a fim de identificá-los em uma escala que vai de rural a urbano, passando por relativamente rural e relativamente urbano. Essa classificação é uma das formas possíveis de se tentar apontar quais são as áreas que podem ser consideradas “espaços rurais” no Rio Grande do Sul. Dessa forma, o trabalho dialoga com outros textos aqui citados para chegar a uma metodologia própria de análise.

A contribuição do trabalho de Blume (2004) foi fundamental para iniciar a presente pesquisa uma vez que propiciou as diretrizes e o ponto de partida para a análise dos dados. As considerações apresentadas pelo autor também foram importantes para suscitar questionamentos e dúvidas que possibilitaram uma nova forma de classificação dos municípios e regiões. A construção da metodologia utilizada neste trabalho está descrita no capítulo a seguir.

3 METODOLOGIA

Os dados aqui apresentados foram retirados da página do IBGE na internet, na parte dedicada aos resultados do Censo Demográfico 2010. Primeiro tomou-se os totais da população em 2000 e em 2010, com a divisão em população rural e urbana adotada pela instituição de pesquisa, a título de comparação do crescimento nas duas zonas.

Em seguida, obteve-se a tabela com os 496 municípios do Rio Grande do Sul com suas populações correspondentes. A cada linha dessa tabela, foi adicionada a respectiva área territorial e, em uma nova coluna, calculada a densidade demográfica dos municípios gaúchos. Com base nessas duas variáveis, população e densidade demográfica, foi construída a classificação objeto de estudo deste trabalho.

O presente estudo utilizou como ponto de partida a dissertação de mestrado de Roni Blume (2004), que aplicou a metodologia proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, e por Veiga (2003) no retrato do Estado feito pelo Censo de 2000. A ideia inicial deste texto era fazer uma comparação com os resultados obtidos por Blume (2004), com os dados atualizados pelo Censo 2010. No entanto, no decorrer da pesquisa, optou-se por ir além e propor uma ampliação da classificação original dos municípios.

Dessa forma, o trabalho apresenta primeiramente uma análise obtida pela simples aplicação da proposta apresentada por Blume (2004) utilizando os critérios de Veiga (2003) para o nível local e da OCDE para nível regional. Os municípios foram classificados com base nos seguintes critérios: essencialmente rurais, até 50 mil habitantes e menos de 80hab/km²; relativamente rurais, de 50 a 100 mil habitantes ou mais de 80hab/km², independente do número de habitantes; e essencialmente urbanos, classificados a partir de uma pesquisa realizada pelo IPEA, IBGE e Unicamp (2000) que definiu as redes urbanas do sul do país.

O próximo passo foi a classificação regional. Os municípios foram agrupados em seus respectivos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, os COREDEs. Aqui pode se observar a primeira diferença em relação do trabalho de Blume (2004). Na sua pesquisa, o autor adotou a divisão territorial do Estado conforme as regiões do IBGE e justificou a escolha dizendo que dessa forma seria possível comparar com outros municípios brasileiros. Como o presente trabalho está preocupado em classificar os municípios gaúchos a fim de orientar a adoção de políticas públicas, procurou-se a divisão regional que facilite a identificação dessas ações. Por

isso, foram escolhidas as regiões dos COREDEs, que são utilizadas para elaborar o planejamento público, principalmente em suas principais peças que são o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento. Essas regiões foram então classificadas em: Essencialmente Rurais, quando mais de 50% da população vivia em municípios rurais; Relativamente Rurais, nos casos em que de 15% a 50% dos habitantes moravam em municípios rurais; e Essencialmente Urbanas, em que menos de 15% dos moradores estavam instalados em municípios rurais. E por fim, os COREDEs foram agrupados em suas regiões funcionais e estas foram também classificadas nas categorias acima apresentadas.

A partir da análise desses resultados preliminares, questionou-se a aplicação dos critérios adotados por Blume (2004) e propostos por Veiga (2003) para a classificação local. Municípios com estrutura muito parecidas e até vizinhos foram classificados em grupos diferentes devido a sua proximidade com centros urbanos ou sua atividade econômica, tendo em vista que Veiga (2003) chamou de urbano os municípios assim definidos na pesquisa do IPEA (2000). O trabalho citado identificou as redes urbanas regionais e listou os municípios que fariam parte delas.

Essa insatisfação com o resultado obtido fez surgir uma nova proposta. Os níveis de classificação dos municípios foram ampliados de 3 para 4: Essencialmente Rurais, até 50 mil habitantes e menos de 80hab/km²; Relativamente Rurais, de 50 a 100 mil habitantes e menos de 80hab/km², ou mais de 80hab/Km² e menos de 50 mil habitantes; Relativamente Urbanos, entre 50 mil e 100 mil habitantes e mais de 80hab/km²; e Essencialmente Urbanos, mais de 100 mil habitantes, independente da densidade demográfica.

População (nº de habitantes)	Densidade demográfica	
	Menos de 80 hab/Km ²	Mais de 80 hab/Km ²
Menos de 50 mil	Essencialmente rural	Relativamente rural
Entre 50 mil e 100 mil	Relativamente rural	Relativamente urbano
Mais de 100 mil	Essencialmente urbano	Essencialmente urbano

Quadro 1: Critérios de classificação dos municípios

Fonte: elaborada pela autora, com base na metodologia de Veiga (2003).

Desse modo, foram implantadas duas mudanças na metodologia original. A categoria relativamente rural foi dividida passando a existir também a relativamente urbana. O objetivo foi separar municípios heterogêneos, identificando aqueles que se aproximam mais de comunidades rurais e aqueles que tendem a se tornarem urbanos. A outra alteração se refere aos municípios urbanos. Para evitar distorções, optou-se por considerar apenas o critério de tamanho da população em vez de utilizar a definição dos centros urbanos apontada pela

pesquisa do IPEA (2000) e apenas replicada nos trabalhos de Veiga (2003) e Blume (2004). Essa decisão foi tomada a fim de analisar com critérios mais claros e objetivos os municípios em questão, e não somente adotar a classificação proposta pela referida pesquisa, que leva em conta muitas variáveis como a proximidade com grandes cidades, participação no valor adicionado estadual, crescimento nas últimas décadas e grau de urbanização. Além disso, o referido trabalho não justifica o porquê da inclusão de alguns municípios e de outros semelhantes não. Tendo em vista não parecer razoável que um município seja classificado como urbano enquanto seu vizinho, com dados parecidos de população e densidade demográfica, é classificado como rural, este trabalho ateve-se puramente aos dados objetivos de população e densidade demográfica. Até porque a intenção não é olhar para as atividades econômicas desenvolvidas nos municípios, ou para sua riqueza em termos de geração de receitas de impostos, e sim classificá-los de acordo com suas estruturas territoriais e demográficas. Desse modo, a intenção é identificar espaços que mantêm características que correspondem ao conceito de ruralidade.

Com essa nova divisão em 4 categorias, os municípios foram reclassificados, o mesmo acontecendo com as regiões dos COREDEs que também foram enquadradas em 4 categorias: essencialmente rurais, quando mais de 50% da população vivia em municípios rurais; relativamente rural, regiões que apresentam de 30% a 50% dos habitantes em municípios chamados rurais; relativamente urbana, cujo percentual da população que vive em municípios rurais está entre 15% e 30%; e essencialmente urbanas, em que menos de 15% dos moradores estavam instalados em municípios rurais. Esses novos resultados foram comparados com os anteriores e as diferenças encontradas foram avaliadas.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS e ANÁLISE DOS RESULTADOS

Segundo o Censo Demográfico de 2010, o Rio Grande do Sul tem uma população de 10.695.532 habitantes. Destes, 5.205.705 são homens, e 5.489.827 são mulheres. De acordo com o IBGE, 85% desta população é considerada urbana, ou seja, vive em áreas delimitadas como urbanas pelos municípios, e apenas 1.593.291 habitantes podem ser chamados de rurais, isto é, vivem fora do perímetro urbano. Em 2000, esse percentual urbano era de 81,65%.

Enquanto a população gaúcha cresceu somente 4,98%, a ampliação da esfera urbana dos habitantes, de acordo com os critérios oficiais, foi de 9,42%. Isso pode significar que houve uma migração partindo da zona rural ou que áreas até então classificadas como rurais sofreram transformações e passaram a ser definidas como urbanas. O certo é que houve uma redução da população dessa área de 18,35% para 15% do total. Esses dados podem ser comparados nos quadros abaixo.

Censo 2000	População residente, sexo e situação do domicílio					População residente de 10 anos ou mais de idade		
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Total	Alfa-betizada	Taxa de alfabetização (%)
Rio Grande do Sul	10.187.798	4.994.719	5.193.079	8.317.984	1.869.814	8.445.151	7.929.511	93.9

Quadro 2: Total População Rio Grande do Sul / Censo 2000
Fonte: IBGE, 2000

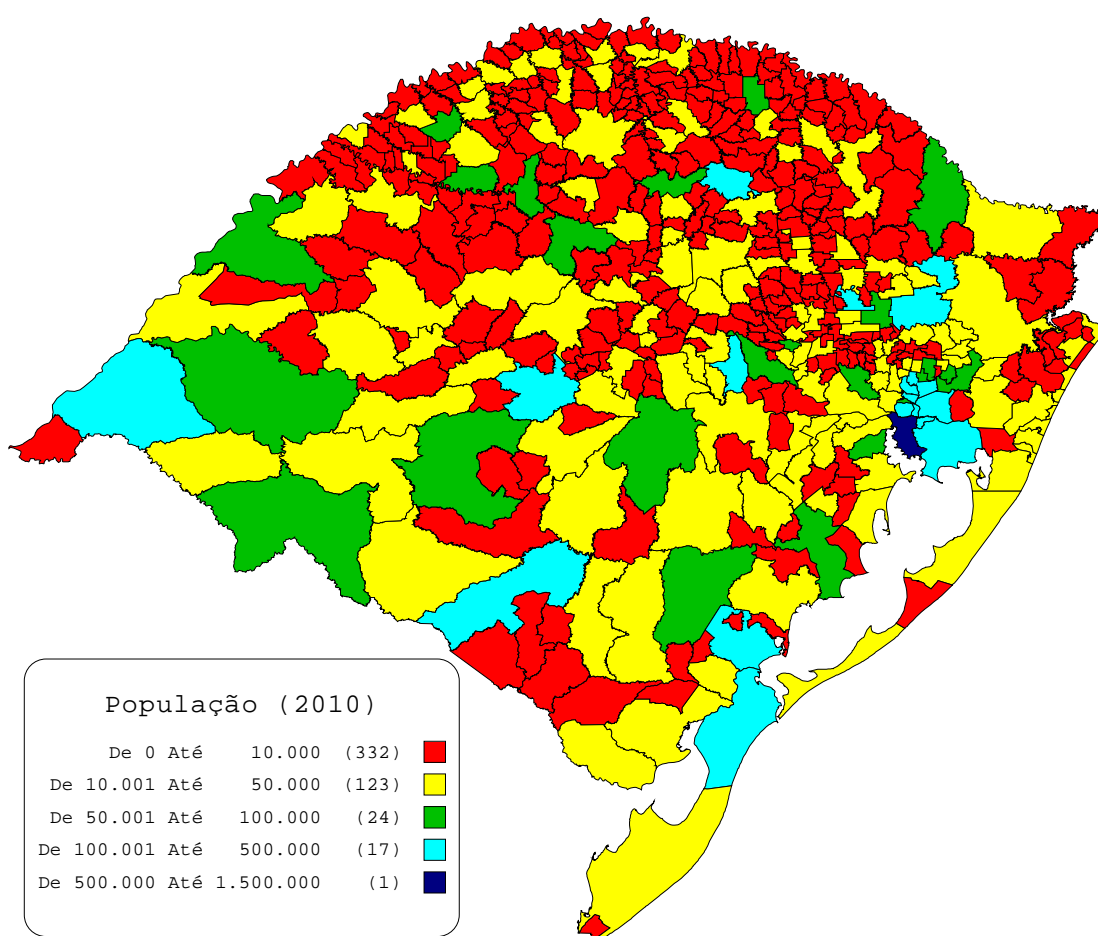
Censo 2010 Rio Grande do Sul	Total da população 2000	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural	Total da população 2010
	10.187.798	5.205.705	5.489.827	9.102.241	1.593.291	10.695.532

Quadro 3: Total População Rio Grande do Sul / Censo 2010
Fonte: IBGE, 2010

A conclusão que poderia ser tirada pela simples comparação desses quadros é de que a população rural está diminuindo no Rio Grande do Sul e que a tendência é de quase a totalidade dos habitantes passem a ser urbanos nos próximos anos. Mas será que esses dados oficiais retratam a verdadeira realidade do Rio Grande do Sul? Quem viaja pelos recantos gaúchos, reconhece nessas paisagens um Estado predominantemente urbano? Esse trabalho

pretende apresentar uma outra concepção para o que pode ser considerado rural por meio de uma classificação para os municípios e regiões, que leva em conta o número de habitantes e a densidade demográfica.

Como base primária de pesquisa, foram utilizados os dados coletados pelo IBGE durante o Censo 2010. Foram considerados os números dos 496 municípios gaúchos² referentes a número de habitantes e densidade demográfica. No APÊNDICE A – Classificação dos Municípios e Regiões, pode ser encontrada a lista completa dos municípios, separados por COREDEs, com suas respectivas populações, densidades demográficas e áreas territoriais. A distribuição populacional por municípios pode ser observada no mapa abaixo:



Mapa 1: População dos municípios do Rio Grande do Sul

Fonte: elaborado pela autora com dados do Censo 2010

² O software Polymap, recurso utilizado para criação dos mapas, apresenta em sua lista o município de Pinto Bandeira, emancipado em 2001, mas que teve sua autonomia suspensa pelo Supremo Tribunal Federal. O STF já decidiu que o distrito de Bento Gonçalves voltará a ser município, mas para isso é necessário instalar a Administração Municipal, o que só ocorrerá quando houver eleições. Portanto, nas tabelas que serviram de base para a criação dos mapas, o espaço destinado a Pinto Bandeira recebeu valores nulos. No entanto, os totais

Analisando o mapa, pode-se constatar que 91,53% dos municípios gaúchos têm menos de 50 mil pessoas vivendo em seus territórios, representados pelas cores vermelha e amarela. Desses, 331 municípios têm menos de 10 mil habitantes, o que equivale a 66,73% das cidades do Rio Grande do Sul, fato que pode ser facilmente visualizado pela predominância da cor vermelha, e 123 municípios têm entre 10 mil e 50 mil habitantes, indicados pela cor amarela, ou seja, 24,80% do total.

A metade norte do Estado é a que concentra os municípios menos populosos. Outra constatação visível no mapa é a pequena dimensão territorial dos municípios dessa metade do Rio Grande do Sul.

Apenas 24 municípios têm população entre 50 mil e 100 mil habitantes, representados pela cor verde, o que equivale a 4,84% das cidades gaúchas. São elas: Alegrete, Cachoeira do Sul, Camaquã, Campo Bom, Canguçu, Carazinho, Cruz Alta, Erechim, Esteio, Farroupilha, Guaíba, Ijuí, Lajeado, Montenegro, Parobé, Sant'Ana do Livramento, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, Sapiranga, Taquara, Vacaria e Venâncio Aires. Já os municípios de 100mil a 500 mil habitantes, ilustrados com a cor azul clara, correspondem a 3,43% do total. As 17 cidades são: Alvorada, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Uruguaiana e Viamão. Apenas a capital Porto Alegre, em azul escuro no mapa, tem mais de 500 mil habitantes.

Essas cidades maiores estão distribuídas de forma equilibrada no Estado, de modo que cada macrorregião tem uma média ou grande cidade de referência. Exceção se faz ao extremo norte do Estado, como, por exemplo, nos COREDEs Celeiro, Rio da Várzea, Médio Alto Uruguai e Nordeste, que não apresentam nenhuma cidade com mais de 50 mil habitantes.

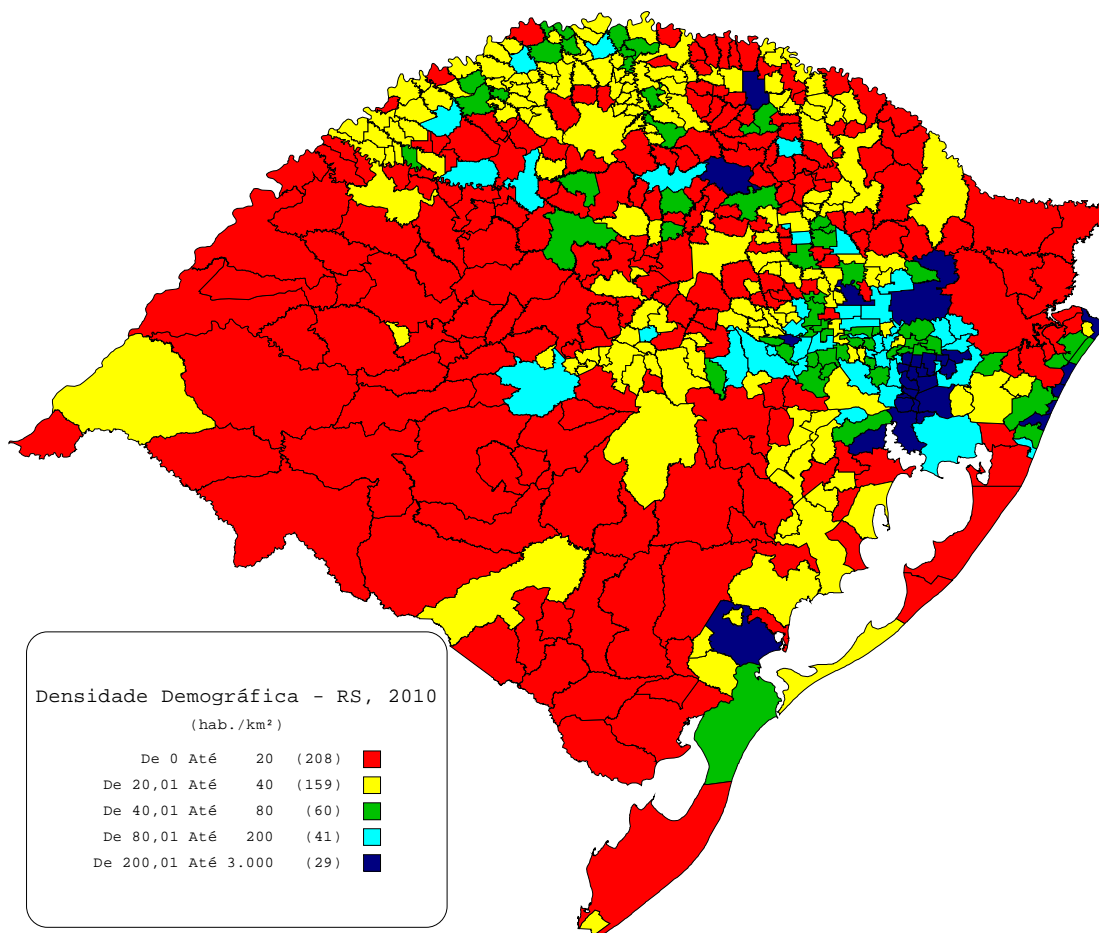
Em termos de área, os municípios até 50 mil habitantes cobrem 76,14% do território do Estado. São 204.636 km² onde vivem 4.030.711 pessoas, isto é, 37,69% da população gaúcha. Já os municípios com mais de 50 mil habitantes ocupam 64.142 km², o que corresponde a 23,87% da área total do Rio Grande do Sul. Nesse espaço vivem 6.664.821 pessoas, ou seja, 62,31% do total de habitantes do Estado.

Aqui se tem uma constatação interessante. O Rio Grande do Sul tem 10 vezes mais municípios de até 50 mil habitantes do que acima desse limite. Essas unidades locais ocupam três quartos do território gaúcho. No entanto, somente 37,69% da população vive nessas

apresentados pelo programa, incluem o distrito. Por essa razão, é preciso diminuir 1 município da primeira faixa de populacional, o mesmo se aplicando ao mapa da densidade demográfica.

idades. Por outro lado, os municípios com mais de 50 mil habitantes abrigam quase dois terços da população do Estado e ocupam uma área que representa apenas 23,87% do total.

A distribuição populacional do Rio Grande do Sul pode ser melhor compreendida com o cruzamento de dados obtidos pela análise da densidade demográfica dos municípios gaúchos, apresentada no mapa a seguir:



Mapa 2: Densidade Demográfica dos municípios do Rio Grande do Sul (2010)
Fonte: elaborado pela autora com dados do Censo 2010

O que se destaca na imagem é a baixa densidade da metade sul do Estado, resultado dos extensos territórios dos municípios dessa região. Na verdade, 207 cidades gaúchas, representadas no mapa pela cor vermelha, ou seja, 41,73% do total, têm menos de 20 habitantes por quilômetro quadrado. Da mesma forma como aconteceu na análise do mapa anterior com a população de cada município, no caso da densidade demográfica a segunda faixa de classificação é a que fica em segundo lugar em número de cidades. São 159 as que apresentam de 20 a 40 hab/km², identificadas no mapa pela cor amarela.

A maior concentração de pessoas pode ser observada na região metropolitana e arredores, como a serra gaúcha. 60 municípios, representados pela cor verde, possuem de 40 a 80 hab/km², enquanto 41 têm de 80 a 200 hab/km² e estão indicados pela cor azul clara. As 29 cidades com alta densidade demográfica (acima de 200 habitantes por quilômetro quadrado), indicadas no mapa pela cor azul escura, representam 5,85% do total. São elas: Alvorada, Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capão da Canoa, Caxias do Sul, Dois Irmãos, Erechim, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Igrejinha, Imbé, Ivoti, Lajeado, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Parobé, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Torres, Tramandaí e Xangri-lá.

Tomando por base a densidade de 80 hab/km², que será utilizada como ponto de corte na pesquisa, apenas 70 municípios dos 496 existentes no Estado ultrapassam esse parâmetro, isto é, 14,11% do conjunto de municipalidades.

Os dois mapas têm em comum o fato de as faixas serem crescentes em termos de valores e decrescentes em relação ao número de municípios enquadrados em cada uma. Tanto população quanto densidade demográfica podem ser desenhadas como pirâmides, na relação com o número de municípios.

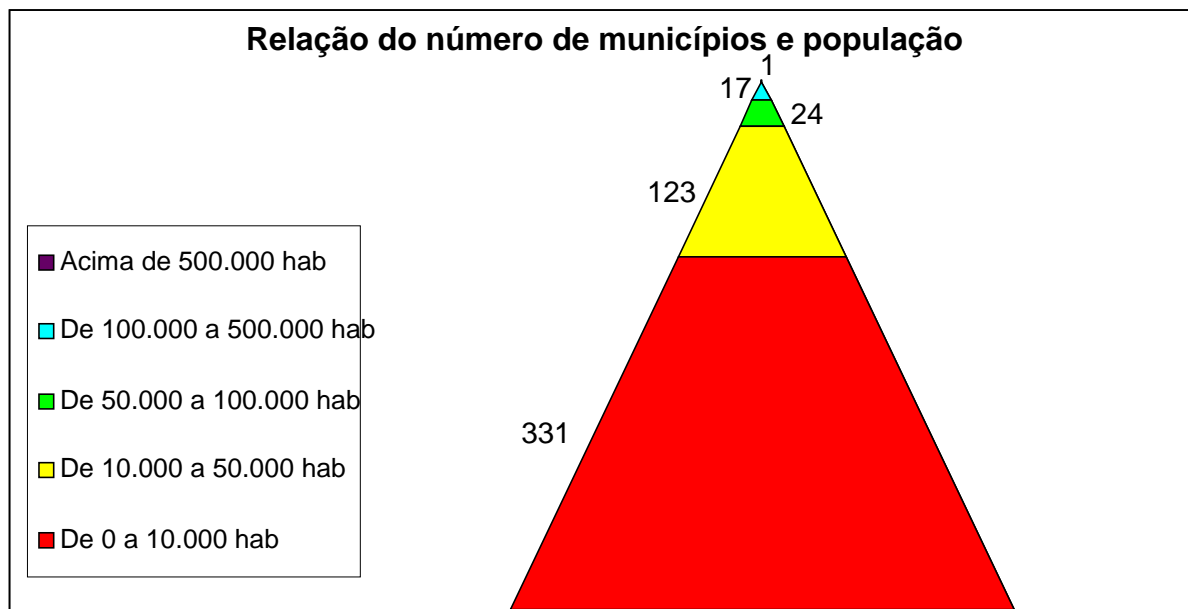


Figura 1: Relação do número de municípios classificados em cada faixa populacional
Fonte: elaborado pela autora com dados do Censo 2010

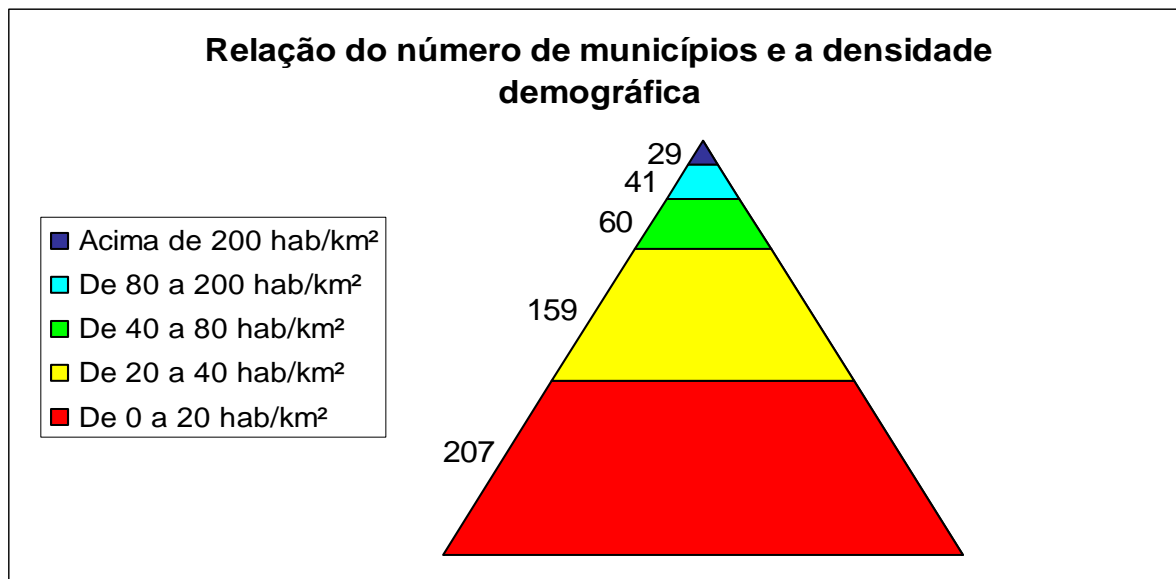


Figura 2: Relação do número de municípios classificados em cada faixa demográfica
 Fonte: elaborado pela autora com dados do Censo 2010

Analisando a área ocupada por cada faixa de município, novamente os que estão na primeira faixa de até 20 hab/km² são os que ocupam maior área, 64,42% do território, a exemplo do que tinha acontecido com os municípios enquadrados na primeira faixa de população (até 10 mil habitantes). Em municípios com menos de 20 hab/km², moram 1.690.533 pessoas, o que representa apenas 15,8% da população do Estado.

Já os municípios mais povoados, acima de 200 hab/km², que ocupam somente 3,23% da área total do Estado, somam uma população de 4.761.991, isto é, 44,52% dos habitantes do Rio Grande do Sul. As demais faixas ficam com as seguintes parciais e respectivos percentuais de população e de área total do Estado: de 20 a 40 hab/Km², 1.569.894 habitantes (14,68%) e 21,86% do território; de 40 a 80 hab/Km², 944.685 habitantes (8,83%) e 5,77% do território; de 80 a 200 hab/Km², 1.728.429 habitantes (16,16%) e 4,92% do território.

Essas informações de número de habitantes e de densidade demográfica apresentadas nos mapas foram utilizadas para compor uma tabela com todos os municípios gaúchos. A partir desse plano geral, foram aplicados os critérios definidos na metodologia e os municípios foram classificados em variações que vão de rurais a urbanos. O primeiro passo foi enquadrá-los segundo as categorias elaboradas por Veiga (2003) e apresentadas no trabalho de Blume (2004).

4.1 Classificação local segundo Veiga com dados do Censo 2010

Para analisar o nível local, optou-se por adotar a metodologia proposta por Veiga (2003), já que se trata de uma visão adaptada à realidade brasileira, em vez de utilizar a análise da OCDE, ambas apresentadas no trabalho de Blume (2004). Dessa forma, os municípios que possuem simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km² foram classificados como essencialmente rurais; os que têm população no intervalo entre 50 e 100 mil habitantes ou cuja densidade supere 80 hab/km², mesmo que a população seja inferior a 50 mil habitantes, foram chamados de relativamente rurais. Para essa primeira análise, decidiu-se considerar como municípios essencialmente urbanos aqueles não enquadrados nos critérios anteriores, em vez de logo utilizar a adoção da pesquisa do IPEA (2000) das redes urbanas, utilizada por Blume (2004). A intenção é visualizar as diferenças entre a aplicação pura e simples dos critérios acima e a adoção de uma lista pré-definida de municípios urbanos.

O resultado desta primeira parte pode ser observado no quadro a seguir.

Classificação dos municípios	Qtde	População	Perc. %	Superfície (área km²)	Perc. %
Essencialmente rurais	414	3.159.180	29,54	199.088	74,07
Relativamente rurais	64	2.534.795	23,70	47.139	17,54
Essencialmente urbanos	18	5.001.557	46,76	22.551	8,39
Totais	496	10.695.532	100	268.778	100

Quadro 4: Aplicação da metodologia proposta por Veiga para Nível Territorial Local no RS
Fonte: elaborado pela autora

Dos 496 municípios gaúchos, 414 se encaixaram na definição de essencialmente rurais. Isso representa 83,47% das cidades do Estado. A área formada por esses municípios totaliza 199.088 Km², equivalente a 74,07% da superfície do Rio Grande do Sul. Já a população residente nessas unidades locais soma 3.159.180 habitantes, ou seja, 29,54% do total do Estado.

Como relativamente rurais foram enquadrados 64 municípios, representando 12,90% do total. Os habitantes dessas cidades chegam a 2.534.795, ou 23,70% do total da população gaúcha, distribuídos em 47.139 km², o que equivale a 17,54% da área total do Rio Grande do Sul.

Utilizando o critério de exclusão para classificar os municípios essencialmente urbanos, sobraram apenas 18 unidades locais, equivalente a 3,63% das cidades gaúchas. Elas concentram 46,76% da população gaúcha, isto é, 5.001.557 habitantes, que residem em 22.551 km², o que representa somente 8,39% do território estadual.

Comparando esses resultados com os obtidos por Blume (2004) ao utilizar a metodologia de Veiga percebemos algumas diferenças. Uma parte se deve ao fato de que os dados utilizados naquela pesquisa se referem ao Censo Demográfico de 2000, quando o Rio Grande do Sul tinha 467 municípios, 30 a menos que em 2010. Outro fator destoante é que nesta pesquisa ainda não foram considerados os centros urbanos que Blume (2004) assumiu como sendo essencialmente urbanos a partir da proposta de Veiga (2003), que adota definições de uma pesquisa do IPEA/IBGE/NESUR/UNICAMP (2000). Feitas essas ressalvas, pode-se perceber que no estudo de Blume (2004), 373 municípios foram classificados como essencialmente rurais. No presente estudo, este número chegou a 414. Já os relativamente rurais sobem de 18 para 64, e os essencialmente urbanos caem de 76 para 18. Como já foi ressaltado, essas divergências são explicadas em parte pela adoção pura e simples dos recortes de densidade demográfica e população propostos por Veiga, sem levar em consideração municípios chamados de centros urbanos pela pesquisa IPEA/IBGE/NESUR/UNICAMP (2000). Essa classificação será incorporada posteriormente.

O que nos importa comparar neste momento são os resultados da pesquisa de Blume (2004) e do presente trabalho em relação aos municípios essencialmente rurais. Em 2000, 27,16% da população vivia nestes municípios. Em 2010, o percentual manteve-se estável, com um leve crescimento para 29,54%. A área ocupada por esses habitantes que somava 67,35% em 2000, foi estendida para 74,07%. Esses aumentos podem ser explicados, talvez, pela emancipação de alguns municípios que faziam parte de cidades maiores classificadas como relativamente rurais ou essencialmente urbanas.

Na pesquisa realizada por Blume (2004), o autor leva em conta para classificar os municípios como urbanos não apenas o critério de exclusão, ou seja, todos aqueles que não se encaixam nas definições de essencialmente rurais ou relativamente rurais, mas também o que Veiga (2003) chama de centros urbanos. A classificação desses municípios foi retirada pelo autor da pesquisa realizada pelo IPEA, em parceria com o IBGE e a UNICAMP em 1999. A série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Sul (2000) apontou a existência no Rio Grande do Sul de uma aglomeração metropolitana, formada por 39 municípios que englobam a região metropolitana oficial e áreas anexas, 8 aglomerações não-metropolitanas lideradas pelos municípios de Caxias do Sul, Pelotas, Ijuí, Passo Fundo, Gramado, Santana do

Livramento, Uruguaiana, Capão da Canoa, além dos centros regionais de Santa Maria, de Bagé e de Cachoeira do Sul. No total, são 37 municípios que somados aos 39 da região metropolitana, constituem os 76 municípios que fazem parte da rede urbana gaúcha, de acordo com o estudo. Aquela pesquisa englobou na rede urbana nacional “o conjunto de cidades que polarizam o território brasileiro e o fluxo de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas” (IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES: 2000, pág. 36). O estudo também utilizou critérios como a presença de conurbação ou periferização entre os centros, de espaços urbanos descontínuos, o crescimento do município-núcleo e da periferia, bem como indicadores referentes às peculiaridade regionais quanto à articulação entre centros urbanos.

No entanto, mais municípios foram anexados à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) depois que a pesquisa do IPEA em parceria com o IBGE e a Unicamp foi realizada. Acrescentando essas novas unidades ao resultado da pesquisa do IPEA, o presente trabalho foi adaptado com a classificação dos centros urbanos acima descritos. A nova configuração pode ser analisada a seguir:

Classificação dos municípios	Qtde	População	Perc. %	Superfície (área km²)	Perc. %
Essencialmente rurais	394	2.685.428	25,11	186.656	69,45
Relativamente rurais	24	631.246	5,90	25.905	9,64
Essencialmente urbanos	78	7.378.858	68,99	56.217	20,92
Totais	496	10.695.532	100	268.778	100

Quadro 5 Aplicação da metodologia proposta por Veiga para Nível Territorial Local no RS com a inclusão dos Centros Urbanos

Fonte: elaborada pela autora

Com essa nova configuração, muda a análise em relação ao trabalho de Blume (2004). A população vivendo em municípios Essencialmente Rurais cai para 2.685.428 habitantes, ou seja, 25,11% do total do Estado, enquanto em 2004 equivalia a 27,16%. O interessante é que a área ocupada por essas unidades locais aumentou para 186.656 Km², correspondendo a 69,45% do território gaúcho, enquanto em 2004 ocupava 67,35% da superfície do Rio Grande do Sul.

Os municípios Essencialmente Urbanos, considerados os Centros Urbanos definidos pela pesquisa Redes Urbanas Regionais do IPEA, tiveram uma leve alta em sua população de 67,17% para 68,99%. Isso se deve provavelmente ao fato de novos municípios terem sido incluídos na Região Metropolitana de Porto Alegre. Então, unidades locais que antes eram consideradas Essencialmente Rurais devido às suas características de população e densidade

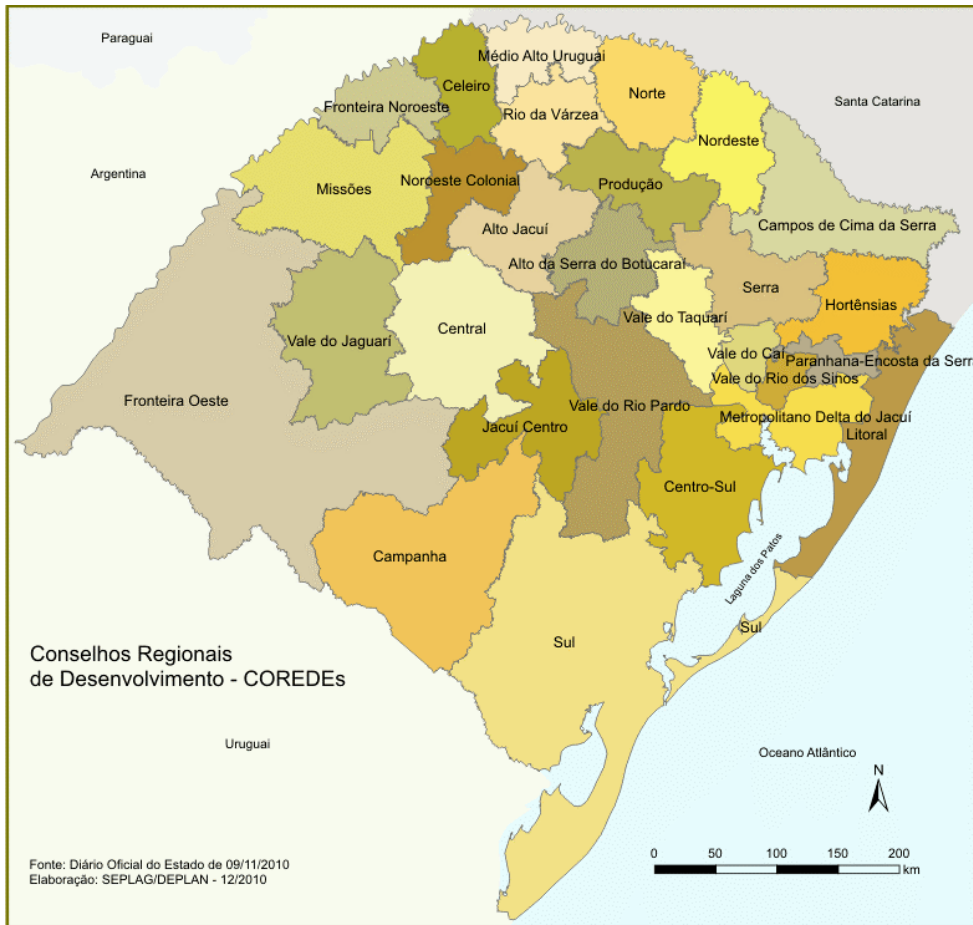
demográfica foram alçadas à condição de Essencialmente Urbanos, pela proximidade com a capital.

4.2 Classificação Regional segundo a OCDE

A etapa seguinte foi classificar a aglutinação de municípios, adotando a metodologia utilizada pela OCDE, uma vez que Veiga (2003) não trabalha em nível regional. As microrregiões que apresentaram mais de 50% dos habitantes morando em municípios rurais, foram chamadas de Microrregiões Essencialmente Rurais; as que apresentaram de 15% a 50% da população em municípios rurais, foram classificadas como Microrregiões Relativamente Rurais; e as Microrregiões Essencialmente Urbanas foram as que apresentarem menos de 15% dos habitantes em municípios rurais.

Diferentemente da pesquisa de Blume (2004), que utilizou a divisão regional proposta pelo IBGE, este trabalho optou pela classificação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, os COREDEs. Isso se deve ao fato de que este texto não pretende servir de comparativo com outras regiões brasileiras, e sim, centrar toda a atenção no desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Uma vez que o planejamento das políticas públicas do Estado é elaborado com base na divisão dos COREDEs, haja vista a repartição de receitas no orçamento e as discussões acerca do Plano Plurianual, decidiu-se aplicar a pesquisa sobre essa classificação.

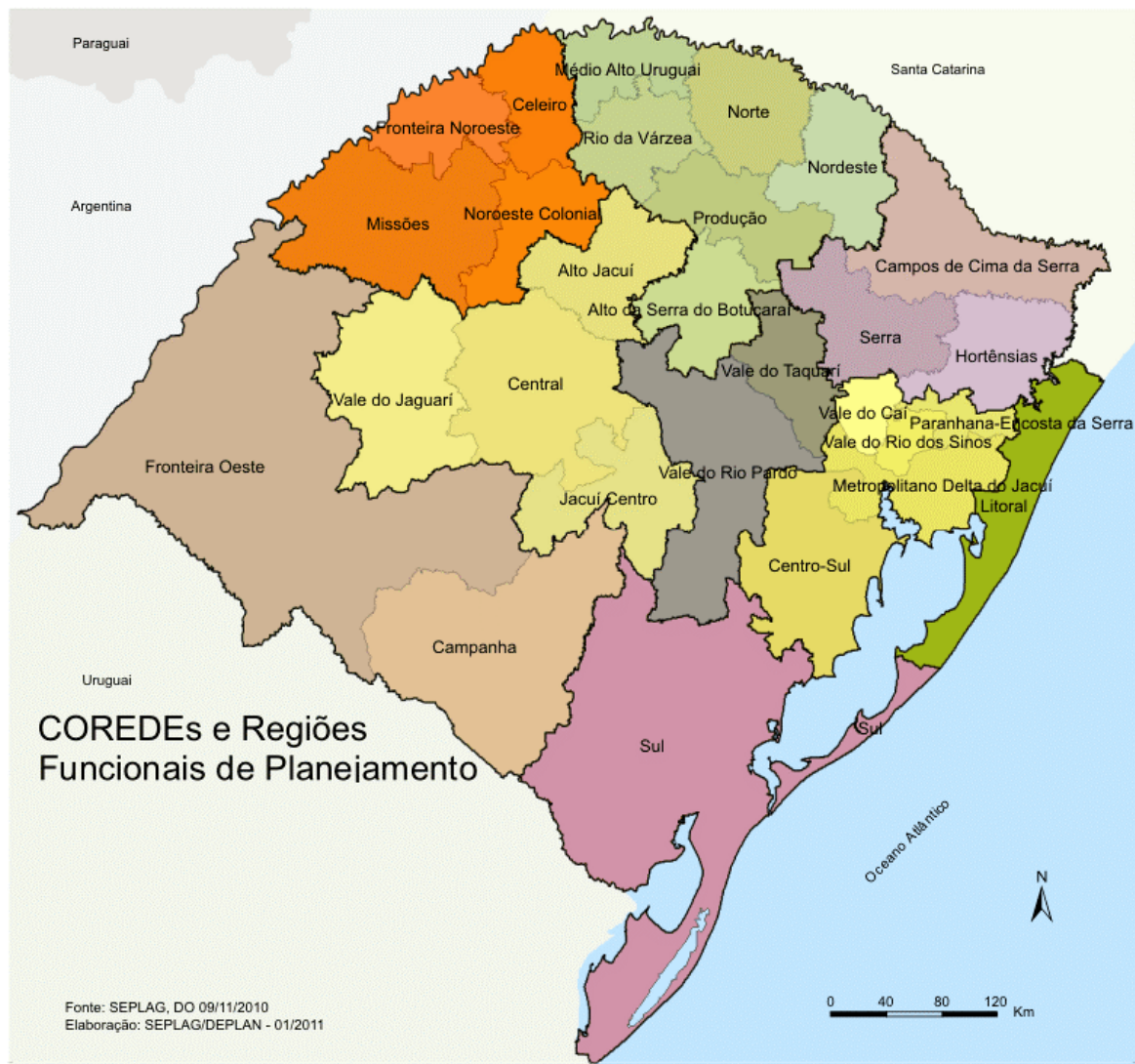
Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram criados pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994. Eles representam fóruns de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Seus principais objetivos são a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região; e a preservação e a recuperação do meio ambiente. Inicialmente a divisão regional era composta por 21 regiões. Hoje existem 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento, apresentados no mapa a seguir.



Mapa 3 Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs

Para fins de planejamento, os COREDEs foram agregados em 9 Regiões Funcionais de Planejamento, constituindo-se nas escalas de regionalização do Plano Plurianual 2008-2011. A regionalização foi definida pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS (Rumos 2015), elaborado no ano de 2005 pela Secretaria do Planejamento do Estado, com o apoio da Secretaria do Desenvolvimento, Secretaria dos Transportes, Fundação de Economia e Estatística, Caixa RS, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Superintendência do Porto de Rio Grande e Superintendência dos Portos e Hidrovias.

De acordo com o portal na internet da Secretaria do Planejamento, para o agrupamento das regiões funcionais, foram utilizados critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social, além da adequação das variáveis correspondentes para identificação das polarizações, ou seja, o emprego, as viagens por tipo de transporte, a rede urbana, a saúde e a educação superior. As nove regionais funcionais podem ser observadas no mapa a seguir.



Mapa 4: Regionais funcionais dos COREDEs

A análise regional foi realizada em duas etapas. Primeiro os municípios foram agrupados em Conselhos Regionais de Desenvolvimento e estes foram classificados em Essencialmente Rurais, Relativamente Rurais e Essencialmente Urbanos. As regiões em que mais de 50% da população vive em municípios considerados rurais, foram classificadas como Essencialmente Rurais; as regiões em que de 15% a 50% da população vive em municípios rurais, foram chamadas de Relativamente Rurais; e aquelas em que menos de 15% da população vive em municípios rurais, foram enquadradas como Essencialmente Urbanas.

Tanto os municípios Essencialmente Rurais como os Relativamente Rurais foram considerados como população rural. Apenas os habitantes dos municípios Essencialmente Urbanos foram contabilizados na classificação de população urbana.

A metodologia utilizada foi somar a população total da região e subtrair os habitantes dos municípios considerados urbanos. Por exemplo, o COREDE Jacuí Centro possui 7

municípios e apenas um deles, Cachoeira do Sul, foi classificado como urbano. A população total somou 143.341 habitantes; menos os 83.827 habitantes de Cachoeira do Sul o resultado foi de 59.514 habitantes. Esse número foi dividido pela população total, resultando em 41,52% da população residindo em municípios considerados rurais. Logo, a classificação do COREDE Jacuí Centro ficou como Região Relativamente Urbana, já que se enquadrou no critério de 15% a 50% da população vivendo em municípios rurais. Esse procedimento foi utilizado em cada um dos COREDEs para calcular o percentual de população vivendo em municípios rurais.

Dos 28 COREDEs, 5 se enquadraram como Essencialmente Urbanos: Paranhana Encosta da Serra (11,6%), Vale do Rio dos Sinos (0%), Metropolitano Delta do Jacuí (0 por cento), Hortênsias (12,52%) e Serra (8,28%).

Já como Relativamente Rurais, foram identificados 8 COREDEs: Vale do Caí (45,17%), Litoral (46,22%), Sul (34,82%), Campanha (46%), Noroeste Colonial (29,78%), Central (33,35%), Jacuí Centro (41,52%) e Produção (17,02%).

A maioria dos COREDEs, 15 regiões, foi classificada como Essencialmente Rural: Centro Sul (71,95%), Vale do Rio Pardo (50,20%), Vale do Taquari (65,35%), Campos de Cima da Serra (100%), Fronteira Oeste (60,78%), Fronteira Noroeste (57,28%), Missões (69,24%), Celeiro (100%), Alto Jacuí (59,54%), Vale do Jaguari (100%), Médio Alto Uruguai (100%), Nordeste (100%), Norte (56,60%), Alto da Serra do Botucaraí (100%), Rio da Várzea (100%).

A segunda etapa da análise regional consistiu em agrupar os COREDEs em regiões funcionais e classificá-las em Essencialmente Rurais, Relativamente Rurais e Essencialmente Urbanas. O critério utilizado foi o mesmo da etapa anterior: regiões com mais de 50% da população vivendo em municípios rurais foram chamadas de Essencialmente Rurais; entre 15% e 50% foram chamadas de regiões Relativamente Rurais; e menos de 15% dos habitantes em municípios rurais foram enquadradas como regiões Essencialmente Urbanas.

Para se chegar ao percentual da população total que vive em municípios urbanos, primeiro foram somadas as populações dos COREDEs que compõem cada uma das 9 regiões funcionais do Estado. Por exemplo, a Região Funcional 2 é composta por 2 COREDEs: Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari. A população total é de 745.931 habitantes. Dessa soma, foi subtraída a população dos 6 municípios considerados urbanos na Região Funcional 2, resultando em 424.113 habitantes. Isso equivale a 56,86% das pessoas que vivem na Região Funcional 2. Com esse percentual, a Região Funcional 2 foi classificada como Essencialmente Urbana, já que mais de 50% dos moradores estão em municípios considerados rurais.

Aplicando essa metodologia chegou-se à classificação apresentada no seguinte quadro:

	Total hab	% pop rural	Classificação
Região Funcional 1	4.339.837	0,0652	Região Essencialmente Urbana
Região Funcional 2	745.931	0,5686	Região Essencialmente Rural
Região Funcional 3	1.087.387	0,1705	Região Relativamente Rural
Região Funcional 4	296.176	0,4622	Região Relativamente Rural
Região Funcional 5	842.809	0,3482	Região Relativamente Rural
Região Funcional 6	746.721	0,5650	Região Essencialmente Rural
Região Funcional 7	759.692	0,6311	Região Essencialmente Rural
Região Funcional 8	807.555	0,4952	Região Relativamente Rural
Região Funcional 9	1.069.424	0,6500	Região Essencialmente Rural

Quadro 6: Aplicação da Metodologia da OCDE para classificação regional utilizando regiões funcionais do RS
Fonte: elaborado pela autora

Ao se analisar os dados obtidos individualmente para os municípios e agrupadamente para as regiões, dois questionamentos surgiram. A primeira classificação feita por este trabalho, que não considerou os centros urbanos e utilizou apenas os critérios de número de habitantes e densidade demográfica, ajudou a visualizar possíveis distorções, já que a diferença da quantidade de municípios essencialmente urbanos nos dois cenários foi significativa.

A primeira questão se refere à lista dos municípios definidos como rede urbana pela pesquisa do IPEA. No Vale do Taquari, por exemplo, municípios muito próximos e com características semelhantes ficaram em classificações opostas: Teutônia como Essencialmente Rural e Bom Retiro do Sul como Essencialmente Urbano. Quem conhece essas cidades logo percebe que a classificação é destoante. Os números também apontam para isso: enquanto Teutônia tem 27.265 habitantes e densidade demográfica de 152 hab/km², Bom Retiro do Sul tem 11.472 habitantes e densidade demográfica de 112 hab/km². Logo, o primeiro até poderia estar à frente do segundo em uma escala rural/urbano, mas jamais atrás, de acordo com a metodologia aqui utilizada. Os critérios que a pesquisa do IPEA diz adotar tampouco esclarecem o porquê da diferenciação dos 2 municípios. Itens como a proximidade de centros urbanos parecem muito subjetivos e difíceis de serem mensurados. Além disso, a pesquisa leva em conta a atividade econômica dos municípios e o presente trabalho analisa apenas a relação da população com o território. Outra incompatibilidade encontrada é a utilização do grau de urbanização, que reflete os dados oficiais estabelecidos pela legislação brasileira. Como já foi mencionado, este trabalho pretende justamente fugir de tal divisão que considera urbano toda sede ou distrito de município desde que sejam atendidos critérios como

calçamento, abastecimento de água, rede de iluminação pública, escola primária ou posto de saúde.

A segunda questão se refere à categoria dos relativamente rurais. No momento de se fazer o enquadramento das regiões, em que se precisava de um corte de população rural e urbana, surgiu uma dúvida sobre como enquadrar a referida faixa. Não há dúvida de que os habitantes dos municípios essencialmente rurais seriam contabilizados como “rural” e dos essencialmente urbanos como “urbanos”. No entanto, nessa categoria intermediária criou-se um impasse. Optou-se por incluí-los nos rurais, já que a nomenclatura “relativamente rural” sugere essa direção. Nessa parte da pesquisa, se percebeu que a categoria era muito ampla e provavelmente muitos municípios assim classificados se aproximavam mais dos essencialmente urbanos. Por isso, decidiu-se dividir essa faixa em duas, estabelecendo-se assim uma nova proposta de análise.

4.3 Nova classificação para o nível local

A partir da proposta apresentada por Blume (2004), ampliou-se o número de categorias de 3 para 4. Com isso, a divisão dos municípios passou a ser a seguinte: Essencialmente Rurais, até 50 mil habitantes e menos de 80hab/km²; Relativamente Rurais, de 50 a 100 mil habitantes e menos de 80hab/km², ou mais de 80hab/Km² e menos de 50 mil habitantes; Relativamente Urbanos, mais de 50 mil habitantes e mais de 80hab/km²; e Essencialmente Urbanos, mais de 100 mil habitantes, independente da densidade demográfica. Com a inclusão dessa nova categoria de classificação, os resultados obtidos foram alterados e podem ser analisados a seguir:

Classificação dos municípios	Qtde	População	Perc. %	Superfície (área km²)	Perc. %
Essencialmente rurais	414	3.159.180	29,54	199.088	74,07
Relativamente rurais	49	1.477.911	13,82	41.365	15,39
Relativamente urbanos	15	1.056.884	9,88	5.774	2,15
Essencialmente urbanos	18	5.001.557	46,76	22.551	8,39
Totais	496	10.695.532	100	268.778	100

Quadro 7: Valores resultantes da aplicação da nova proposta
Fonte: elaborado pela autora

Os municípios essencialmente rurais e os essencialmente urbanos são os mesmos obtidos na primeira classificação feita neste trabalho, antes da introdução dos centros urbanos,

representando 29,54% e 46,76% da população, respectivamente. Naquele momento, a ideia era aplicar simplesmente os critérios propostos por Veiga (2003) para identificar os municípios com base na densidade demográfica e população. Quando se introduziu o recorte apresentado pela pesquisa do IPEA e posteriormente adotado por Blume para separar os municípios pertencentes à rede urbana gaúcha, algumas cidades que estavam classificadas como rurais ou relativamente rurais passaram, como em um passe de mágica, a ser urbanas. Agora, estamos assumindo que vamos usar apenas os critérios de densidade demográfica e população para classificarmos os municípios para evitarmos algumas distorções observadas, como já foi justificado anteriormente. Logo, os municípios rurais e urbanos voltam a ser aqueles inicialmente destacados pela pesquisa.

A novidade está no desmembramento da categoria dos municípios relativamente rurais, que dá origem ao rótulo de municípios relativamente urbanos. A primeira fica com 49 municípios e a segunda com 15. Com esse maior detalhamento é possível separar municípios que estão mais próximos dos urbanos daqueles que são mais parecidos com os rurais. Isto quer dizer que podemos ter um quadro mais claro de quais municípios podem se tornar urbanos nos próximos anos e de quais mantém características que se identificam mais com os municípios rurais.

Como exemplo de dois municípios vizinhos que antes faziam parte da mesma classificação e que nesse novo cenário passaram a fazer parte de categorias diferentes tem-se Estrela e Lajeado. Com 30.628 habitantes e densidade demográfica de 166 hab/km², a cidade Estrela está classificada como relativamente rural, enquanto a cidade de Lajeado, que tem 71.481 habitantes e 794 hab/km², passou a ser chamada de relativamente urbana. Observando os dados apresentados, pode-se perceber que se trata de dois municípios bem diferentes. O segundo tem o dobro de população do primeiro e uma densidade demográfica alta para os padrões do Estado. Não é difícil de notar que Lajeado apresenta números que o aproximam dos municípios urbanos, enquanto Estrela, apesar de não ser um município essencialmente rural, está longe de se tornar essencialmente urbano, de acordo com os critérios definidos para esta pesquisa.

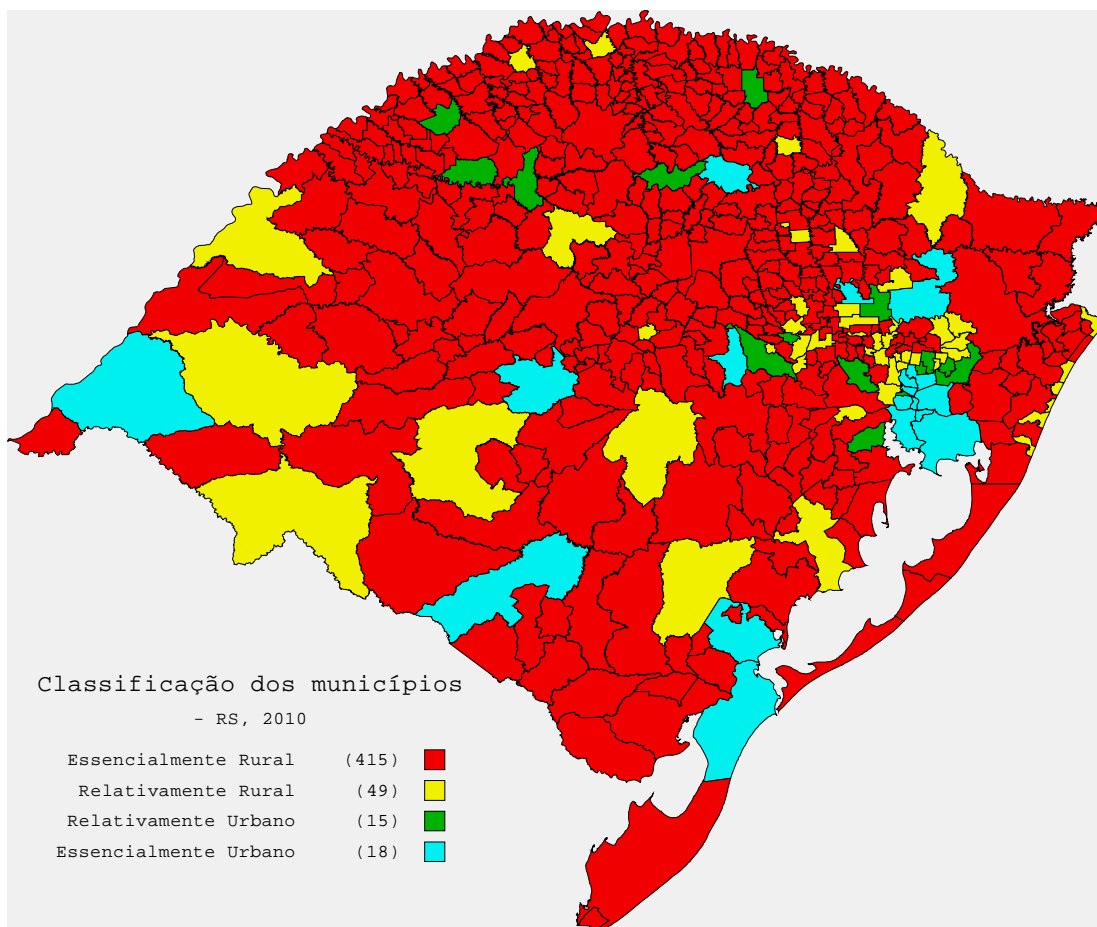
Esses dois municípios do Vale do Taquari estavam classificados como relativamente rurais, na primeira classificação proposta pelo trabalho, e como essencialmente urbanos, na reclassificação que levou em conta as redes urbanas da pesquisa do IPEA. Então, essa divisão de uma categoria em duas possibilita uma melhor diferenciação de municípios cujos dados são bem diferentes. Da forma como estava apresentada inicialmente, e que era a proposta de Veiga (2003), a categoria essencialmente rural abarcava municípios muito heterogêneos entre

si. Não que agora essa heterogeneidade tenha sido suprimida, mas as maiores desigualdades foram corrigidas com a criação de uma nova categoria de classificação.

Na classificação que incluiu a rede urbana identificada pela pesquisa do IPEA, tanto Lajeado quanto Estrela foram enquadrados como municípios urbanos. Conforme foi apresentado acima, essas cidades apresentam características demográficas diferentes e, portanto, merecem ser classificadas em grupos distintos. O simples fato de serem municípios vizinhos que mantêm relações econômicas entre si, é muito pouco para colocá-los em uma mesma categoria de classificação. Outro município da região, Bom Retiro do Sul, também passou a fazer parte dos municípios urbanos, na pesquisa do IPEA, devido a sua proximidade com esse centro regional. No entanto, municípios contíguos a ele, como Fazenda Villanova e Tabaí, continuaram na categoria de essencialmente rurais. Não conseguimos encontrar um argumento lógico que incluiu um, mas deixou outros semelhantes de fora. Esse foi um dos motivos que nos levou a deixar de lado a pesquisa do IPEA (200) e nos concentrar inteiramente nos critérios de densidade demográfica e população.

Outro município que chama a atenção é Triunfo. Com a classificação que utilizava a rede urbana da pesquisa do IPEA (2000), ele era considerado essencialmente urbano. Agora, nesse novo cenário, a cidade caiu no outro extremo, e passou a ser chamada de essencialmente rural. O município gera um alto valor adicionado para a produção gaúcha, critério utilizado na pesquisa do IPEA para definir um município como parte da rede urbana, tendo em vista as empresas instaladas no Pólo Petroquímico. No entanto, o município mantém características de espaço rural, com uma população pequena, de 25.811 habitantes, e densidade demográfica de 32 hab/km². Ou seja, está fora dos dois parâmetros de corte do presente trabalho, que é de 50 mil habitantes e 80 hab/km².

A classificação de cada município, bem como seus respectivos dados de população e densidade demográfica, pode ser encontrada no APÊNDICE A - Classificação dos Municípios e Regiões. O mapa a seguir permite uma visualização geral do Estado e dá uma ideia da distribuição espacial de cada categoria.



Mapa 5: Classificação dos municípios do Rio Grande do Sul - 2010
Fonte: elaborada pela autora

O primeiro ponto marcante que pode ser observado é a predominância dos municípios essencialmente rurais, representados pela cor vermelha, com forte concentração no norte do Estado. Isso representa 83,67% dos municípios gaúchos. Esporadicamente podem ser observados municípios relativamente rurais, na cor amarela, 9,88% do total, e relativamente urbanos, na cor verde, 3,02% do total. Já os municípios essencialmente urbanos, com a cor azul clara, se concentram na região metropolitana de Porto Alegre e em pontos específicos que abrangem quase todas as regiões do Estado, com exceção do noroeste do Rio Grande do Sul, o que equivale a 3,63% do conjunto das cidades gaúchas. São elas: Alvorada, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Uruguaiana e Viamão.

Em relação à área ocupada, os municípios essencialmente rurais abrangem 74,07% do território gaúcho, os relativamente rurais, 15,39%, os relativamente urbanos, 2,15% e os essencialmente rurais, 8,39%. Mais uma vez percebe-se a proporção inversa entre área

ocupada e número de habitantes, que já havia sido identificada separadamente na análise dos dados de população dos municípios.

4.4 Nova classificação para o nível regional

Da mesma forma que a metodologia foi adaptada no nível local para incluir municípios relativamente urbanos, no nível regional essa alteração também foi feita. A proposta original classificava como essencialmente rurais as regiões em que mais de 50% da população vivia em municípios considerados rurais; relativamente rurais, as áreas em que de 15% a 50% da população vivia em municípios rurais; e essencialmente urbanas aquelas em que menos de 15% da população vivia em municípios rurais.

Na nova classificação regional também foi criada a categoria relativamente urbana. Optou-se por incluir nessa faixa as regiões cujo percentual da população que vive em municípios rurais está entre 15% e 30%. Assim, na categoria relativamente rural, ficam enquadradas as regiões que apresentam de 30% a 50% dos habitantes em municípios chamados rurais. A ideia foi dividir ao meio a categoria original. A metade seria 32,5%, mas como nenhuma região está localizada nesse limite, decidiu-se simplificar e utilizar o percentual inteiro de 30% como limite superior da categoria relativamente urbana e inferior da relativamente rural.

Os novos resultados de classificação dos municípios no nível local geraram alterações no nível regional. A população dos municípios essencialmente rurais e relativamente rurais foi considerada como “rural” e os habitantes dos municípios relativamente urbanos e essencialmente urbanos foram contabilizados como “urbanos” no cálculo do percentual dos moradores de cada região. Na versão anterior, os habitantes das cidades relativamente rurais também foram considerados “rurais”, mas uma parte dessa população agora está enquadrada como relativamente urbana, e, portanto, conta para ampliar o número de moradores chamados de “urbanos”. Por exemplo, para classificar o COREDE Serra, do total da população verificada na região, foram subtraídos os habitantes dos municípios classificados como essencialmente urbanos e relativamente urbanos. Dessa forma, sobraram apenas os moradores de municípios essencialmente rurais e relativamente rurais. Esse número foi dividido pelo total da população da região, obtendo-se assim o percentual de habitantes que vivem em municípios considerados rurais nesse COREDE.

Dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado, 20 podem ser considerados essencialmente rurais, pelo resultado obtido com essa metodologia. Os COREDEs assim classificados estão descritos a seguir, com a respectiva proporção dos habitantes que moram em municípios considerados “rurais”: Centro Sul (100%), Vale do Caí (64,96%), Vale do Rio Pardo (55,93%), Vale do Taquari (78,20%), Hortênsias (100%), Campos de Cima da Serra (100%), Litoral (100%), Fronteira Oeste (76,34%), Fronteira Noroeste (66,30%), Missões (69,24%), Noroeste Colonial (52,63%), Celeiro (100%), Alto Jacuí (100%), Jacuí Centro (100%), Vale do Jaguari (100%), Médio Alto Uruguai (100%), Nordeste (100%), Norte (56,60%), Alto da Serra do Botucaraí (100%) e Rio da Várzea (100%). Outro dado impressionante que pode ser observado a partir desses resultados é dos COREDEs acima citados, 12 têm 100% da população vivendo em municípios essencialmente rurais ou relativamente rurais. Isso corresponde a 1.842.082 pessoas, ou seja, 17,22% dos gaúchos vivem em regiões em que não há um município sequer classificado como relativamente urbano ou essencialmente urbano.

Já as regiões classificadas como relativamente rurais foram 4: Paranhana Encosta da Serra (48,21%), Sul (37,70%), Campanha (46%) e Central (33,35%). Dois COREDEs foram enquadrados como relativamente urbanos: Serra (29,67%) e Produção (27,78%); e outros dois como essencialmente urbanos: Vale do Rio dos Sinos (13%) e Metropolitano Delta do Jacuí (4%). Observando os mapas de população e densidade demográfica do Rio Grande do Sul, pode-se perceber que é justamente nessas duas regiões que há maior concentração dos municípios mais populosos, combinada com alta densidade populacional.

Há uma visível alteração para os resultados obtidos na classificação anterior, que considerou como essencialmente urbanos os municípios citados na pesquisa sobre redes urbanas do IPEA (2000). Naquela primeira projeção, 5 COREDEs se enquadraram como essencialmente urbanos, 8 como relativamente rurais e 15 como essencialmente rural. Como pode-se perceber, houve significativa diminuição nas duas primeiras categorias e um ganho substancial nesta última. Como já foi dito aqui, populações de cidades que naquele momento contabilizavam para o lado “urbano”, agora ajudam a aumentar os habitantes de municípios “rurais”.

A partir dessa classificação dos COREDEs, partiu-se para a análise das regiões funcionais, que permitem a visualização de áreas maiores do Estado. Os critérios para definição das categorias foram os mesmos aplicados aos COREDEs, inclusive com a inclusão da nova categoria de essencialmente urbana. O resumo da nova classificação das regiões funcionais pode ser observado abaixo:

	Total hab	% pop rural	Classificação
Região Funcional 1	4.339.837	0,1696	Região Relativamente Urbana
Região Funcional 2	745.931	0,6572	Região Essencialmente Rural
Região Funcional 3	1.087.387	0,4423	Região Relativamente Rural
Região Funcional 4	296.176	100	Região Essencialmente Rural
Região Funcional 5	842.809	0,3770	Região Relativamente Rural
Região Funcional 6	746.721	0,6755	Região Essencialmente Rural
Região Funcional 7	759.692	0,7054	Região Essencialmente Rural
Região Funcional 8	807.555	0,6768	Região Essencialmente Rural
Região Funcional 9	1.069.424	100	Região Essencialmente Rural

Quadro 8: Classificação regional na nova proposta

Fonte: elaborada pela autora

Das 9 regiões, 6 foram classificadas como essencialmente rurais, 2 como relativamente rurais e 1 como relativamente urbana. A principal diferença em relação à análise anterior é que nessa configuração não aparece nenhuma região essencialmente urbana. Isso mostra o impacto de se deixar de fora o recorte das redes urbanas apresentado pela pesquisa do IPEA, já que muitos municípios rotulados de essencialmente urbanos na projeção anterior agora fazem parte do grupo dos essencialmente rurais.

Mesmo a região funcional 1, que abriga os dois COREDEs classificados como essencialmente urbano, não foi enquadrada na mesma categoria dessas sub-regiões, ainda que tenha ficado próximo ao limite que separa os dois grupos (15%). Isso porque seus outros 3 COREDEs estão classificados como essencialmente rural e relativamente rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade trouxe consigo uma série de facilidades que mudaram radicalmente o modo de vida das pessoas em um espaço de tempo muito curto, se comparado com a trajetória milenar da humanidade. Com a evolução científica e tecnológica, os seres humanos tiveram acesso a uma gama incomensurável de novas possibilidades. A vida ficou mais fácil e prática. Difícil é identificar qual a invenção ou descoberta mais importante nos dias de hoje. Ninguém consegue imaginar o que seria viver sem eletricidade, que possibilitou o conforto de um ambiente climatizado e a conveniência de poder armazenar alimentos por muitos meses, entre outros infinitos exemplos. E quem pode dizer que hoje conseguiria viver sem automóvel, televisão, computador e celular, itens que se tornaram comuns nos países desenvolvidos e que rapidamente se espalharam pelo mundo. E o que dizer da internet, que em menos de 20 anos, no caso do Brasil, mudou os padrões de comunicação e expandiu as fronteiras das relações pessoais e profissionais.

Não há dúvida que a atualidade carrega uma dose indissociável de avanços que são inerentes à evolução do pensamento e da consequente criatividade da inteligência humana. Não podemos mais voltar atrás já que estamos acostumados a esse modo de vida e não seria razoável abrir mão de coisas que nos proporcionam bem-estar. No entanto, a grande questão que se impõe é como sustentar níveis de consumo tão elevados, e que tendem a crescer haja vista o aumento de renda e a inclusão de mais pessoas no mercado consumidor, com recursos naturais finitos. Muito se fala em promover o desenvolvimento econômico, mas nem sempre fica claro como isso é possível sem acabar de vez com o planeta. Apesar de o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, que leva em conta uma série de fatores para mensurar o nível de desenvolvimento, já ser utilizado a título de comparação entre países, estados e municípios, a variável que acaba sendo mais destacada é o crescimento do Produto Interno Bruto, PIB. Ora, nem sempre crescimento gera desenvolvimento, mas os dois termos são vendidos pela mídia e por muitos políticos como sinônimos. Cabe aos representantes eleitos pelo povo, junto com a participação democrática da população, traçar caminhos para o desenvolvimento, que alce as pessoas a uma condição de viver dignamente, com acesso a serviços como saúde, educação e lazer, aliado à preservação da natureza.

O objetivo desse trabalho não foi fazer uma discussão teórica acerca do desenvolvimento. Essas considerações foram levantadas apenas para uma reflexão sobre o tipo de desenvolvimento que queremos para o Rio Grande do Sul. Como foi apresentado ao

longo do trabalho, a maior parte dos municípios gaúchos pode ser considerada rural. Essa constatação leva a uma pergunta: isso é ruim?

A resposta para esse questionamento, na visão deste trabalho, é não. É possível alcançar o desenvolvimento socioeconômico mantendo estruturas consideradas rurais. Aliás, o que se defende aqui, é que esses espaços são fundamentais para garantir a sustentabilidade de todo o sistema. Em um momento em que se discutem alternativas para suprir os gargalos de infraestrutura dos centros urbanos, como mobilidade urbana, déficit habitacional e saneamento básico, essas áreas rurais com baixa densidade demográfica e número reduzido de habitantes podem ser uma opção para desafogar as grandes cidades. Para isso, não é preciso urbanizar essas regiões, mas sim garantir condições de se ter acesso aos serviços e oportunidades existentes nas cidades, como postos de saúde, escolas, internet, estradas em boas condições e, claro, fontes de renda.

O Poder Público precisa tomar a frente e promover políticas nesse sentido. O papel de indutor do desenvolvimento passa por uma escolha de ações em favor de espaços rurais, que conservem as características que os identificam nessa condição, mas que criem possibilidades de manter a população nos municípios essencialmente rurais e relativamente rurais e atraiam novos habitantes. Isso evitaria o esvaziamento dos pequenos municípios e a fuga para as grandes cidades em busca de oportunidades.

No entanto, antes de decidir quais são as políticas mais adequadas, é preciso conhecer as demandas dos chamados espaços rurais. Isso exige primeiro uma identificação dessas áreas. Por isso, esse trabalho se propôs a fazer um levantamento dos municípios e das regiões de forma a se ter uma radiografia demográfica do Rio Grande do Sul. Dessa maneira, é possível dirigir ações específicas para cada tipo de classificação. O que está implícito nessa visão é que cidades classificadas como essencialmente rurais e relativamente rurais devem ter um tratamento diferente que os municípios enquadrados como essencialmente urbanos e relativamente urbanos, ou seja, as necessidades não são as mesmas. Por exemplo, um dos problemas das cidades grandes é o transporte público, enquanto as menores cidades do Estado não têm sequer ônibus urbano. Uma reivindicação recorrente nessas comunidades é a pavimentação asfáltica dos acessos municipais e das estradas vicinais, questão que normalmente não está no rol das prioridades dos habitantes dos municípios essencialmente urbanos ou relativamente urbanos. O olhar, então, para cada categoria dos municípios, deve ser diferente.

A própria Constituição Federal faz uma diferenciação dos municípios ao determinar que apenas aqueles com mais de 20 mil habitantes sejam obrigados a ter um Plano Diretor

aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores. O parágrafo 1º do artigo 182, afirma que esse é o instrumento básico de política de desenvolvimento e de expansão urbana, mas o texto constitucional deixa de fora dessa exigência as pequenas cidades. Essa medida indica uma visão dos constituintes de que a complexidade dessas municipalidades é menor a ponto de não precisar de um Plano Diretor.

A hipótese inicial, de que o Rio Grande do Sul é mais rural do que se imagina, acabou se confirmando com os dados obtidos dentro da metodologia utilizada. A conclusão de que apenas 46,76% da população vive em municípios essencialmente urbanos confronta a ideia de que o Estado é predominantemente urbano, como aponta o Censo Demográfico 2010 do IBGE. De acordo com os dados oficiais, 85% da população gaúcha é urbana. Essa falácia de que o Rio Grande do Sul está se tornando urbano pode relegar a um segundo plano os pequenos municípios. Como aponta Blume (2004, p.166), “como para o senso comum a imagem do moderno está associado ao urbano, essa alta taxa de urbanização reduz ainda mais a importância do rural, legando-lhe um caráter residual”.

O que muda com a abordagem proposta neste trabalho é o enfoque das políticas públicas. Se mais da metade dos habitantes mora em municípios essencialmente rurais, relativamente rurais ou relativamente urbanos, é evidente que eles precisam de políticas que atendam as necessidades específicas dessas cidades, que não são as mesmas das essencialmente urbanas.

Os municípios relativamente urbanos podem até ter demandas parecidas as dos essencialmente urbanos, já que são aqueles mais próximos em termos de configuração demográfica. Nesse caso, o desenvolvimento precisa ser analisado e até comparado com as cidades maiores para que não se cometam os mesmos erros de planejamento, e esses municípios possam crescer e chegar a se tornar essencialmente urbanos sem os problemas estruturais das grandes cidades.

Os municípios que merecem uma atenção maior do Poder Público são os essencialmente rurais e relativamente rurais. Eles precisam de uma nova visão de desenvolvimento que os considere como espaços rurais. Em outras palavras, esses municípios não devem ser vistos como atrasados, mas sim como potencialmente favoráveis ao desenvolvimento sustentável. Isso quer dizer que devem ser elaborados planos de desenvolvimento que levem em conta as características naturais das localidades, além dos costumes e os hábitos de vida. Tornar esses lugares atrativos ao investimento é o desafio dos governos tanto municipal quanto estadual. Os municípios classificados nas duas categorias citadas costumam ser mais pobres que os demais porque não recebem a mesma atenção das

políticas públicas, ficando muitas vezes com ações residuais. Induzir o desenvolvimento nessas regiões significa dar condições de se gerar emprego e renda, por meio da atração de empresas ou do incentivo ao empreendedorismo dos agentes locais. O objetivo não é tornar esses municípios relativamente urbanos ou essencialmente urbanos. Bem ao contrário, é gerar riqueza sem alterar substancialmente a estrutura das cidades. Para que tudo isso seja possível, as comodidades dos municípios urbanos precisam chegar ao campo. É fundamental que haja estradas de qualidade, comunicações e serviços básicos para que as pessoas não queiram ir para as cidades grandes suprir essas carências.

Para desenvolver esses municípios predominantemente rurais é preciso dissociar a ideia enraizada de que zonas rurais são sinônimos de atividades econômicas primárias. As alternativas para os espaços rurais não virão do setor agropecuário, que emprega cada vez menos pessoas e já está com sua estrutura consolidada. A solução passa pela promoção da pluriatividade nas regiões rurais. De acordo com Abramovay (2009, p.98), “quando o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor, mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados”. Isto quer dizer que é preciso incentivar os atores locais a investirem em outras atividades, como por exemplo, o turismo rural. Para isso, é fundamental o trabalho de capacitação que possibilite o sucesso de novos empreendimentos. Além disso, estudos setoriais podem apontar quais atividades são mais propícias a se desenvolver em cada região.

O rural moderno não pode mais ser vinculado à ideia de atraso. As novas tecnologias da comunicação permitem o encurtamento de distâncias e a possibilidade de se realizar atividades fora dos grandes centros. Dois exemplos práticos podem ilustrar essa mudança: os serviços bancários e de correspondência. Se antes havia o custo e o tempo de deslocamento de localidades mais afastadas até uma instituição financeira, hoje tudo por ser feito pela internet. Da mesma forma, a entrega de cartas já foi quase totalmente substituída pelo correio eletrônico. Até as notas fiscais já estão na rede, ligando diretamente o empreendimento à Secretaria da Fazenda. Além de facilitar o controle, essa inovação fiscal diminui a necessidade de fiscalização in loco. O próprio computador já está se tornando dispensável, uma vez que os celulares permitem o acesso à internet e a realização dos serviços online.

A universalização desses serviços nos espaços rurais ainda não é uma realidade. Em muitos lugares do Rio Grande do Sul nem há sinal de celular. Esse é um gargalo que precisa ser superado para tornar atraente, para as pessoas e para as empresas, qualquer lugar do Estado. Com um telefone móvel é possível se conectar com o mundo, divulgar o produto ou o serviço oferecido, como no caso do turismo rural e dos produtos da agroindústria familiar,

fazer a reserva ou a venda online. Ou seja, a dependência dos grandes centros tende a diminuir com o avanço da tecnologia. Claro que sempre haverá um certo nível de ligação de pequenos municípios com as cidades essencialmente urbanas, tendo em vista as características destas últimas. E aí entra a necessidade de se ter uma infraestrutura de transportes adequada para facilitar o deslocamento, com boas estradas e, no nível ideal, ferrovias ligando vários pontos do Estado, como acontece na Europa, o que torna o deslocamento mais rápido, seguro e menos poluente.

Com essas condições, pessoas e empresas podem optar por ter melhor qualidade de vida e se fixar em municípios classificados por este trabalho como essencialmente rurais ou relativamente rurais. A ideia é que a qualidade de vida seja o diferencial nesses casos, em vez de benefícios fiscais ou outros incentivos muitas vezes oferecidos pelos governos para atrair investimentos. Para isso, mais uma condição é essencial: mão-de-obra qualificada na região para suprir as necessidades de empresas. Mais uma vez entra o investimento estatal na promoção de cursos não apenas voltados para as atividades econômicas tradicionais da região, mas para setores que se quer atrair para esses municípios.

Outro ponto importante no caso de desenvolvimento de municípios essencialmente rurais e relativamente rurais é a formação de redes multissetoriais que trabalhem a ideia da identidade regional e fortaleçam a ideia de território. Nessa noção entram as atividades não-agrícolas como alternativa para suprir os espaços deixados pela agricultura.

Este trabalho cumpriu o objetivo a que se propôs de fazer uma radiografia demográfica do Rio Grande do Sul e criar um mapa com a classificação dos municípios. A pesquisa acabou indo além da ideia original e propôs a criação de mais uma categoria de classificação ao modelo apresentado por Veiga (2003) e adotado por Blume (2004). Com isso, conseguiu-se separar melhor os municípios heterogêneos que no princípio estavam na mesma faixa de enquadramento.

A análise realizada ao longo deste texto não pretende ser conclusiva e nem única. Optou-se por utilizar uma metodologia entre 3 encontradas na literatura. Se fosse escolhida outra, talvez os resultados fossem diferentes, mas provavelmente não opostos. Isso quer dizer que os dados obtidos são um indicativo de que temos no Estado uma população rural maior do que se imagina. A intenção desta conclusão é instigar os governos de todas as esferas a encararem de uma forma diferente a distribuição populacional e não se aterem apenas aos critérios oficiais de divisão das zonas rurais e urbanas. Dessa forma, as políticas públicas podem ser elaboradas de maneira eficiente atingindo os objetivos traçados no planejamento, seja por meio do Plano Plurianual e da Lei do Orçamento Anual.

Outro ponto importante ao se trabalhar as políticas públicas nessa nova concepção que internaliza a ideia de ruralidade, é dissociar o rural da promoção de atividades do setor primário. O planejamento deve buscar para esses espaços rurais alternativas não necessariamente vinculadas à agricultura ou pecuária, mas também ao setor industrial e de serviços.

Esse trabalho também trouxe uma contribuição no sentido de apresentar uma alternativa para a análise dicotômica rural-urbana. Como foi apontado ao longo do texto, existe um meio-termo nessa classificação, definido aqui como relativamente rural e relativamente urbano. Os municípios que se enquadram nessas duas categorias possuem características próprias e são opções às grandes cidades. Assim, pode-se perceber que as regiões do Estado possuem cidades intermediárias que servem de pólo regional e provêm os municípios pequenos dos arredores com serviços de saúde, educação, entretenimento e lazer. O desenvolvimento desses pólos regionais pode servir para desafogar a capital e as grandes cidades gaúchas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. As desigualdades regionais gaúchas no novo milênio. In: PRÓ-RS IV: propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul (2011-2014). Passo Fundo: Passografic, 2010. p. 35-38.
- BLUME, Roni. Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- ELESBÃO, Ivo. Impactos socioeconômicos do turismo no espaço rural. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (Org.). Teoria e prática do turismo no espaço rural. Barueri: Manole, 2010. p.150-166.
- FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (Org.). Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006.
- FUCKS, Patrícia Marasca; SOUZA, Marcelino. Turismo no espaço rural e preservação do patrimônio, da paisagem e da cultura. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (orgs). Teoria e prática do turismo no espaço rural. Barueri: Manole, 2010. p. 96-108.
- GRANDO, Marines Zandavali; MIGUEL, Lovois de Andrade (Org.). Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos. Porto Alegre: UFRGS, 2002
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA et al. Redes Urbanas Regionais: Sul. Brasília, IPEA, 2000. (Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil v.6)
- KAGEYAMA, Ângela A. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- LUNARDI, Raquel. Diversificação do espaço rural o Estado do Rio Grande do Sul a partir da inovação socioprodutiva do turismo rural: reflexos e ações dos atores locais. In: CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, 4, 2010, Aveiro. Anais. Aveiro, 2010, p. 446-459.
- RANGEL, Ignácio de Mourão. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (Org.). Teoria e prática do turismo no espaço rural. Barueri: Manole, 2010.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento. Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas>>. Acesso em: 01 mar. 2011.
- SCHNEIDER, Sérgio (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SILVA, Jose Graziano da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. In: SEMINÁRIO O NOVO RURAL BRASILEIRO. 1999, Campinas. Anais. 1999. Campinas: Unicamp, 1999.

SOUZA, Marcelino de. A experiência da introdução do turismo numa comunidade rural do Estado do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 6. 2007. Anais. Piracicaba: 2007, p. 55-60.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA, José Eli da, et al. O que há de realmente novo no rural brasileiro. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.19, n 1, p. 37-67, jan./abr. 2002.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe. Residência secundária e o espaço rural: concepções dos impactos do fenômeno em distintos territórios turísticos. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19. 2009. Anais. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2009, p. 1-15.

WAQUIL, Paulo Dabdab et al. Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil. In: Redes: Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 104-127, jan./abr. 2010.

_____. Distribuição de renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 23, p. 621-644, 2002.

ZUÑIGA, Christian E. H. et al. Turismo e suas interações nas transformações do espaço rural. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (Org.). Teoria e prática do turismo no espaço rural. Barueri: Manole, 2010. p.283-296.

APÊNDICE A - CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES

Rio Grande do Sul	Total da população 2010	Área do município (km²)	Densidade demográfica (hab/km²)	Classificação do município		
REGIÃO FUNCIONAL 1	Região Relativamente Urbana (16,96%)				Pop total	4.339.837
Centro Sul	Região Essencialmente Rural (100%)				% pop rural	0,1696
Arambaré	3.693	519	7	Rural		
Arroio dos Ratos	13.608	426	32	Rural	Pop total	253.534
Barão do Triunfo	7.018	436	16	Rural	% pop rural	100%
Barra do Ribeiro	12.568	729	17	Rural		
Butiá	20.405	752	27	Rural		
Camaquã	62.759	1.679	37	Relat. Rural		
Cerro Grande do Sul	10.280	325	32	Rural		
Charqueadas	35.363	217	163	Relat. Rural		
Chuívisca	4.944	220	22	Rural		
Cristal	7.280	682	11	Rural		
Dom Feliciano	14.380	1.356	11	Rural		
Mariana Pimentel	3.768	338	11	Rural		
Minas do Leão	7.631	424	18	Rural		
São Jerônimo	22.141	936	24	Rural		
Sentinela do Sul	5.197	282	18	Rural		
Sertão Santana	5.850	252	23	Rural		
Tapes	16.649	806	21	Rural		
Paranhana Encosta da Serra	Região Relativamente Rural (48,21%)					
Igrejinha	31.663	136	233	Relat. Rural	Pop total	204.922
Lindolfo Collor	5.229	33	158	Relat. Rural	% pop rural	0,4821
Morro Reuter	5.680	88	65	Rural		
Parobé	51.481	109	472	Relat. Urbano		
Presidente Lucena	2.485	49	51	Rural		
Riozinho	4.327	240	18	Rural		
Rolante	19.493	296	66	Rural		
Santa Maria do Herval	6.053	140	43	Rural		
Taquara	54.656	458	119	Relat. Urbano		
Três Coroas	23.855	186	128	Relat. Rural		
Vale do Caí	Região Essencialmente Rural (64,96%)					
Alto Feliz	2.908	79	37	Rural	Pop total	169.611
Barão	5.742	124	46	Rural	% pop rural	0,6496
Bom Princípio	11.792	89	132	Relat. Rural		
Brochier	4.677	107	44	Rural		
Capela de Santana	11.613	184	63	Rural		
Feliz	12.359	95	130	Relat. Rural		
Harmonia	4.254	45	95	Relat. Rural		
Linha Nova	1.624	64	25	Rural		
Maratá	2.527	81	31	Rural		
Montenegro	59.436	424	140	Relat. Urbano		
Pareci Novo	3.511	57	62	Rural		
Salvador do Sul	6.747	100	67	Rural		
São José do Hortêncio	4.094	64	64	Rural		
São José do Sul	2.082	59	35	Rural		
São Pedro da Serra	3.317	35	95	Relat. Rural		
São Sebastião do Caí	21.944	111	198	Relat. Rural		
São Vendelino	1.944	32	61	Rural		
Tupandi	3.919	60	65	Rural		

Vale Real	5.121	45	114	Relat. Rural		
Vale do Rio dos Sinos	Região Essencialmente Urbana (13%)					
Araricá	4.868	35	139	Relat. Rural	Pop total	1.290.883
Campo Bom	60.081	61	985	Relat. Urbano	% pop rural	13%
Canoas	324.025	131	2.473	Urbano		
Dois Irmãos	27.572	65	424	Relat. Rural		
Estância Velha	42.589	52	819	Relat. Rural		
Esteio	80.669	28	2.881	Relat. Urbano		
Ivoti	19.877	63	316	Relat. Rural		
Nova Hartz	18.346	63	291	Relat. Rural		
Nova Santa Rita	22.706	218	104	Relat. Rural		
Novo Hamburgo	239.051	224	1.067	Urbano		
Portão	30.881	160	193	Relat. Rural		
São Leopoldo	214.210	103	2.080	Urbano		
Sapiranga	75.020	138	544	Relat. Urbano		
Sapucaia do Sul	130.988	58	2.258	Urbano		
Metropolitano Delta do Jacuí	Região Essencialmente Urbana (4%)					
Alvorada	195.718	71	2.757	Urbano	Pop total	2.420.887
Cachoeirinha	118.294	44	2.689	Urbano	% pop rural	4%
Eldorado do Sul	34.335	510	67	Rural		
Glorinha	6.885	324	21	Rural		
Gravataí	255.762	464	551	Urbano		
Guaíba	95.230	377	253	Relat. Urbano		
Porto Alegre	1.409.939	497	2.837	Urbano		
Santo Antônio da Patrulha	39.679	1.050	38	Rural		
Triunfo	25.811	819	32	Rural		
Viamão	239.234	1.497	160	Urbano		
REGIÃO FUNCIONAL 2	Região Essencialmente Rural (65,72%)				Pop total	745.931
Vale do Rio Pardo	Região Essencialmente Rural (55,93%)				% pop rural	0,6572
Arroio do Tigre	12.648	318	40	Rural		
Boqueirão do Leão	7.673	265	29	Rural	Pop total	418.109
Candelária	30.176	944	32	Rural	% pop rural	0,5593
Encruzilhada do Sul	24.537	3.348	7	Rural		
Estrela Velha	3.628	282	13	Rural		
General Câmara	8.452	510	17	Rural		
Herveiras	2.954	118	25	Rural		
Ibarama	4.371	193	23	Rural		
Lagoa Bonita do Sul	2.662	109	24	Rural		
Mato Leitão	3.869	46	84	Relat. Rural		
Pantano Grande	9.895	841	12	Rural		
Passa Sete	5.159	305	17	Rural		
Passo do Sobrado	6.011	265	23	Rural		
Rio Pardo	37.602	2.051	18	Rural		
Santa Cruz do Sul	118.287	733	161	Urbano		
Segredo	7.158	247	29	Rural		
Sinimbu	10.067	510	20	Rural		
Sobradinho	14.285	130	110	Relat. Rural		
Tunas	4.395	218	20	Rural		
Vale do Sol	11.077	328	34	Rural		
Vale Verde	3.253	330	10	Rural		
Venâncio Aires	65.964	773	85	Relat. Urbano		
Vera Cruz	23.986	310	77	Rural		
Vale do Taquari	Região Essencialmente Rural (78,20%)					

Anta Gorda	6.073	243	25	Rural	Pop total	327.822
Arroio do Meio	18.783	158	119	Relat. Rural	% pop rural	0,7820
Arvorezinha	10.229	272	38	Rural		
Bom Retiro do Sul	11.472	102	112	Relat. Rural		
Canudos do Vale	1.807	82	22	Rural		
Capitão	2.636	74	36	Rural		
Colinas	2.420	58	42	Rural		
Coqueiro Baixo	1.528	112	14	Rural		
Cruzeiro do Sul	12.331	156	79	Rural		
Dois Lajeados	3.280	133	25	Rural		
Doutor Ricardo	2.030	108	19	Rural		
Encantado	20.514	139	148	Relat. Rural		
Estrela	30.628	184	166	Relat. Rural		
Fazenda Vila Nova	3.697	85	43	Rural		
Forquetinha	2.473	94	26	Rural		
Ilópolis	4.098	116	35	Rural		
Imigrante	3.025	73	41	Rural		
Lajeado	71.481	90	794	Relat. Urbano		
Marques de Souza	4.068	125	33	Rural		
Muçum	4.791	111	43	Rural		
Nova Bréscia	3.184	103	31	Rural		
Paverama	8.047	172	47	Rural		
Poço das Antas	2.017	65	31	Rural		
Pouso Novo	1.875	107	18	Rural		
Progresso	6.161	256	24	Rural		
Putinga	4.147	205	20	Rural		
Relvado	2.155	123	18	Rural		
Roca Sales	10.287	209	49	Rural		
Santa Clara do Sul	5.692	87	65	Rural		
Sério	2.281	100	23	Rural		
Tabaí	4.131	95	43	Rural		
Taquari	26.135	350	75	Rural		
Teutônia	27.265	179	152	Relat. Rural		
Travesseiro	2.314	81	29	Rural		
Vespasiano Corrêa	1.974	114	17	Rural		
Westfália	2.793	64	44	Rural		
REGIÃO FUNCIONAL 3	Região Relativamente Rural (44,23%)				Pop total	1.087.387
Hortênsias	Região Essencialmente Rural (100%)				% pop rural	0,4423
Cambará do Sul	6.545	1.213	5	Rural		
Canela	39.238	254	154	Relat. Rural	Pop total	127.040
Gramado	32.300	238	136	Relat. Rural	% pop rural	100%
Jaquirana	4.177	908	5	Rural		
Nova Petrópolis	19.058	291	65	Rural		
Picada Café	5.182	85	61	Rural		
São Francisco de Paula	20.540	3.274	6	Rural		
Serra	Região Relativamente Urbana (29,67%)					
Antônio Prado	12.837	348	37	Rural	Pop total	862.302
Bento Gonçalves	107.341	382	281	Urbano	% pop rural	0,2967
Boa Vista do Sul	2.778	94	30	Rural		
Carlos Barbosa	25.193	229	110	Relat. Rural		
Caxias do Sul	435.482	1.644	265	Urbano		
Coronel Pilar	1.725	105	16	Rural		
Cotiporã	3.917	172	23	Rural		
Fagundes Varela	2.579	134	19	Rural		

Farroupilha	63.641	360	177	Relat. Urbano		
Flores da Cunha	27.135	273	99	Relat. Rural		
Garibaldi	30.692	169	182	Relat. Rural		
Guabiju	1.598	148	11	Rural		
Guaporé	22.810	298	77	Rural		
Montauri	1.542	82	19	Rural		
Monte Belo do Sul	2.670	68	39	Rural		
Nova Araçá	4.003	74	54	Rural		
Nova Bassano	8.840	212	42	Rural		
Nova Pádua	2.445	103	24	Rural		
Nova Prata	22.830	259	88	Relat. Rural		
Nova Roma do Sul	3.347	149	22	Rural		
Paráí	6.812	120	57	Rural		
Protásio Alves	2.000	173	12	Rural		
Santa Tereza	1.717	72	24	Rural		
São Jorge	2.774	118	24	Rural		
São Marcos	20.105	256	79	Rural		
São Valentim do Sul	2.168	92	24	Rural		
Serafina Corrêa	14.243	163	87	Relat. Rural		
União da Serra	1.487	131	11	Rural		
Veranópolis	22.815	289	79	Rural		
Vila Flores	3.207	108	30	Rural		
Vista Alegre do Prata	1.569	119	13	Rural		
Campos de Cima da Serra	Região Essencialmente Rural (100%)					
André da Rocha	1.216	324	4	Rural	Pop total	98.045
Bom Jesus	11.556	2.626	4	Rural	% pop rural	100%
Campestre da Serra	3.247	538	6	Rural		
Esmeralda	3.169	830	4	Rural		
Ipê	6.017	599	10	Rural		
Monte Alegre dos Campos	3.098	550	6	Rural		
Muitos Capões	2.977	1.198	2	Rural		
Pinhal da Serra	2.130	437	5	Rural		
São José dos Ausentes	3.290	1.177	3	Rural		
Vacaria	61.345	2.124	29	Relat. Rural		
REGIÃO FUNCIONAL 4	Região Essencialmente Rural (100%)				Pop total	296.176
Litoral	Região Essencialmente Rural (100%)				% pop rural	100%
Arroio do Sal	7.744	121	64	Rural		
Balneário Pinhal	10.855	104	104	Relat. Rural	Pop total	296.176
Capão da Canoa	42.047	97	433	Relat. Rural	% pop rural	100%
Capivari do Sul	3.890	413	9	Rural		
Caraá	7.313	294	25	Rural		
Cidreira	12.654	246	51	Rural		
Dom Pedro de Alcântara	2.550	78	33	Rural		
Imbé	17.667	39	453	Relat. Rural		
Itati	2.589	207	13	Rural		
Mampituba	2.997	158	19	Rural		
Maquiné	6.908	622	11	Rural		
Morrinhos do Sul	3.185	165	19	Rural		
Mostardas	12.130	1.983	6	Rural		
Osório	40.941	664	62	Rural		
Palmares do Sul	10.971	949	12	Rural		
Terra de Areia	9.878	142	70	Rural		
Torres	34.646	160	217	Relat. Rural		
Tramandaí	41.655	144	289	Relat. Rural		

Três Cachoeiras	10.239	251	41	Rural		
Três Forquilhas	2.912	217	13	Rural		
Xangri-lá	12.405	61	203	Relat. Rural		
REGIÃO FUNCIONAL 5	Região Relativamente Rural (37,70%)				Pop total	842.809
Sul	Região Relativamente Rural (37,70%)				% pop rural	0,3770
Amaral Ferrador	6.355	506	13	Rural		
Arroio do Padre	2.730	124	22	Rural	Pop total	842.809
Arroio Grande	18.469	2.514	7	Rural	% pop rural	0,3770
Canguçu	53.268	3.525	15	Relat. Rural		
Capão do Leão	24.294	785	31	Rural		
Cerrito	6.404	452	14	Rural		
Chuí	5.919	203	29	Rural		
Herval	6.757	1.758	4	Rural		
Jaguarão	27.942	2.054	14	Rural		
Morro Redondo	6.231	245	25	Rural		
Pedras Altas	2.218	1.377	2	Rural		
Pedro Osório	7.817	609	13	Rural		
Pelotas	327.778	1.610	204	Urbano		
Pinheiro Machado	12.787	2.250	6	Rural		
Piratini	19.831	3.540	6	Rural		
Rio Grande	197.253	2.710	73	Urbano		
Santa Vitória do Palmar	31.002	5.244	6	Rural		
Santana da Boa Vista	8.244	1.421	6	Rural		
São José do Norte	25.523	1.118	23	Rural		
São Lourenço do Sul	43.114	2.036	21	Rural		
Tavares	5.351	604	9	Rural		
Turuçu	3.522	254	14	Rural		
REGIÃO FUNCIONAL 6	Região Essencialmente Rural (67,55%)				Pop total	746.721
Campanha	Região Relativamente Rural (46%)				% pop rural	0,6755
Aceguá	4.394	1.549	3	Rural		
Bagé	116.792	4.096	29	Urbano	Pop total	216.295
Caçapava do Sul	33.700	3.047	11	Rural	% pop rural	0,4600
Candiota	8.776	934	9	Rural		
Dom Pedrito	38.916	5.192	7	Rural		
Hulha Negra	6.048	823	7	Rural		
Lavras do Sul	7.669	2.601	3	Rural		
Fronteira Oeste	Região Essencialmente Rural (76,34%)					
Alegrete	77.673	7.804	10	Relat. Rural	Pop total	530.426
Barra do Quaraí	4.016	1.056	4	Rural	% pop rural	0,7634
Itacurubi	3.441	1.121	3	Rural		
Itaqui	38.166	3.404	11	Rural		
Maçambará	4.742	1.683	3	Rural		
Manoel Viana	7.074	1.391	5	Rural		
Quaraí	23.021	3.148	7	Rural		
Rosário do Sul	39.751	4.370	9	Rural		
Santa Margarida do Sul	2.352	955	2	Rural		
Santana do Livramento	82.513	6.950	12	Relat. Rural		
São Borja	61.662	3.616	17	Relat. Rural		
São Gabriel	60.508	5.024	12	Relat. Rural		
Uruguaiana	125.507	5.716	22	Urbano		
REGIÃO FUNCIONAL 7	Região Essencialmente Rural (70,54%)				Pop total	759.692
Fronteira Noroeste	Região Essencialmente Rural (66,30%)				% pop rural	0,7054
Alecrim	7.045	315	22	Rural		
Alegria	4.301	173	25	Rural	Pop total	203.521

Boa Vista do Buricá	6.576	109	60	Rural	% pop rural	0,6630
Campina das Missões	6.117	226	27	Rural		
Cândido Godói	6.535	246	27	Rural		
Doutor Maurício Cardoso	5.313	253	21	Rural		
Horizontina	18.350	232	79	Rural		
Independência	6.618	357	19	Rural		
Nova Candelária	2.751	98	28	Rural		
Novo Machado	3.927	219	18	Rural		
Porto Lucena	5.421	250	22	Rural		
Porto Mauá	2.544	106	24	Rural		
Porto Vera Cruz	1.852	114	16	Rural		
Santa Rosa	68.595	490	140	Relat. Urbano		
Santo Cristo	14.378	367	39	Rural		
São José do Inhacorá	2.200	78	28	Rural		
Senador Salgado Filho	2.814	147	19	Rural		
Três de Maio	23.726	422	56	Rural		
Tucunduva	5.901	181	33	Rural		
Tuparendi	8.557	308	28	Rural		
Missões	Região Essencialmente Rural (69,24%)					
Bossoroca	6.887	1.611	4	Rural	Pop total	248.068
Caibaté	4.954	260	19	Rural	% pop rural	0,6924
Cerro Largo	13.289	178	75	Rural		
Dezesseis de Novembro	2.866	217	13	Rural		
Entre-Ijuís	8.938	553	16	Rural		
Eugênio de Castro	2.797	419	7	Rural		
Garruchos	3.233	800	4	Rural		
Giruá	17.085	856	20	Rural		
Guarani das Missões	8.115	291	28	Rural		
Mato Queimado	1.799	115	16	Rural		
Pirapó	2.757	292	9	Rural		
Porto Xavier	10.560	281	38	Rural		
Rolador	2.546	295	9	Rural		
Roque Gonzales	7.206	347	21	Rural		
Salvador das Missões	2.669	94	28	Rural		
Santo Ângelo	76.304	681	112	Relat. Urbano		
Santo Antônio das Missões	11.210	1.711	7	Rural		
São Luiz Gonzaga	34.558	1.296	27	Rural		
São Miguel das Missões	7.421	1.230	6	Rural		
São Nicolau	5.727	485	12	Rural		
São Paulo das Missões	6.367	224	28	Rural		
São Pedro do Butiá	2.873	108	27	Rural		
Sete de Setembro	2.126	130	16	Rural		
Ubiretama	2.296	127	18	Rural		
Vitória das Missões	3.485	260	13	Rural		
Noroeste Colonial	Região Essencialmente Rural (52,63%)					
Ajuricaba	7.255	323	22	Rural	Pop total	166.613
Augusto Pestana	7.097	347	20	Rural	% pop rural	0,5263
Bozano	2.200	201	11	Rural		
Catuípe	9.323	583	16	Rural		
Condor	6.552	465	14	Rural		
Coronel Barros	2.459	163	15	Rural		
Ijuí	78.920	689	115	Relat. Urbano		
Jóia	8.329	1.236	7	Rural		
Nova Ramada	2.437	255	10	Rural		

Panambi	38.068	491	78	Rural		
Pejuçara	3.973	414	10	Rural		
Celeiro	Região Essencialmente Rural (100%)					
Barra do Guarita	3.089	65	48	Rural	Pop total	141.490
Bom Progresso	2.328	89	26	Rural	% pop rural	100%
Braga	3.702	129	29	Rural		
Campo Novo	5.459	222	25	Rural		
Chiapetta	4.044	397	10	Rural		
Coronel Bicaco	7.748	492	16	Rural		
Crissiumal	14.085	362	39	Rural		
Derrubadas	3.190	361	9	Rural		
Esperança do Sul	3.272	148	22	Rural		
Humaitá	4.919	135	36	Rural		
Inhacorá	2.267	114	20	Rural		
Miraguaí	4.855	130	37	Rural		
Redentora	10.222	303	34	Rural		
Santo Augusto	13.970	468	30	Rural		
São Martinho	5.773	172	34	Rural		
São Valério do Sul	2.647	108	25	Rural		
Sede Nova	3.011	119	25	Rural		
Tenente Portela	13.716	338	41	Rural		
Tiradentes do Sul	6.461	234	28	Rural		
Três Passos	23.973	268	89	Relat. Rural		
Vista Gaúcha	2.759	89	31	Rural		
REGIÃO FUNCIONAL 8	Região Essencialmente Rural (67,68%)				Pop total	807.555
Alto Jacuí	Região Essencialmente Rural (100%)				% pop rural	0,6768
Boa Vista do Cadeado	2.441	701	3	Rural		
Boa Vista do Incra	2.425	503	5	Rural	Pop total	155.278
Colorado	3.550	285	12	Rural	% pop rural	100%
Cruz Alta	62.825	1.360	46	Relat. Rural		
Fortaleza dos Valos	4.577	650	7	Rural		
Ibirubá	19.312	607	32	Rural		
Lagoa dos Três Cantos	1.598	139	11	Rural		
Não-Me-Toque	15.938	362	44	Rural		
Quinze de Novembro	3.653	224	16	Rural		
Saldanha Marinho	2.869	222	13	Rural		
Salto do Jacuí	11.880	507	23	Rural		
Santa Bárbara do Sul	8.829	976	9	Rural		
Selbach	4.929	178	28	Rural		
Tapera	10.452	180	58	Rural		
Central	Região Relativamente Rural (33,35%)					
Agudo	16.729	536	31	Rural	Pop total	391.651
Dilermando de Aguiar	3.064	601	5	Rural	% pop rural	0,3335
Dona Francisca	3.401	114	30	Rural		
Faxinal do Soturno	6.672	170	39	Rural		
Formigueiro	7.014	582	12	Rural		
Itaara	5.011	173	29	Rural		
Ivorá	2.156	123	18	Rural		
Jari	3.575	856	4	Rural		
Júlio de Castilhos	19.579	1.929	10	Rural		
Nova Palma	6.345	314	20	Rural		
Pinhal Grande	4.471	477	9	Rural		
Quevedos	2.710	543	5	Rural		
Santa Maria	261.027	1.788	146	Urbano		

São João do Polêsine	2.635	85	31	Rural		
São Martinho da Serra	3.201	670	5	Rural		
São Pedro do Sul	16.371	874	19	Rural		
Silveira Martins	2.452	118	21	Rural		
Toropi	2.952	203	15	Rural		
Tupanciretã	22.286	2.252	10	Rural		
Jacuí Centro	Região Essencialmente Rural (100%)					
Cachoeira do Sul	83.827	3.735	22	Relat. Rural	Pop total	143.341
Cerro Branco	4.454	159	28	Rural	% pop rural	100%
Novo Cabrais	3.855	192	20	Rural		
Paraíso do Sul	7.336	338	22	Rural		
Restinga Seca	15.850	956	17	Rural		
São Sepé	23.798	2.201	11	Rural		
Vila Nova do Sul	4.221	508	8	Rural		
Vale do Jaguarí	Região Essencialmente Rural (100%)					
Cacequi	13.685	2.370	6	Rural	Pop total	117.285
Capão do Cipó	3.107	1.009	3	Rural	% pop rural	100%
Jaguari	11.478	673	17	Rural		
Mata	5.111	312	16	Rural		
Nova Esperança do Sul	4.671	191	24	Rural		
Santiago	49.082	2.413	20	Rural		
São Francisco de Assis	19.258	2.508	8	Rural		
São Vicente do Sul	8.440	1.175	7	Rural		
Unistalda	2.453	602	4	Rural		
REGIÃO FUNCIONAL 9	Região Essencialmente Rural (68%)				Pop total	1.069.424
Médio Alto Uruguai	Região Essencialmente Rural (100%)				% pop rural	68%
Alpestre	8.027	329	24	Rural		
Ametista do Sul	7.323	93	79	Rural	Pop total	148.427
Caiçara	5.071	189	27	Rural	% pop rural	100%
Cristal do Sul	2.826	98	29	Rural		
Dois Irmãos das Missões	2.157	226	10	Rural		
Erval Seco	7.878	364	22	Rural		
Frederico Westphalen	28.848	265	109	Relat. Rural		
Gramado dos Loureiros	2.269	131	17	Rural		
Iraí	8.078	182	44	Rural		
Nonoai	12.076	469	26	Rural		
Novo Tiradentes	2.277	75	30	Rural		
Palmitinho	6.920	144	48	Rural		
Pinhal	2.515	68	37	Rural		
Pinheirinho do Vale	4.503	105	43	Rural		
Planalto	10.524	230	46	Rural		
Rio dos Índios	3.616	237	15	Rural		
Rodeio Bonito	5.743	83	69	Rural		
Seberi	10.902	301	36	Rural		
Taquaruçu do Sul	2.970	77	39	Rural		
Trindade do Sul	5.787	268	22	Rural		
Vicente Dutra	5.285	195	27	Rural		
Vista Alegre	2.832	77	37	Rural		
Nordeste	Região Essencialmente Rural (100%)					
Água Santa	3.726	292	13	Rural	Pop total	126.884
Barracão	5.355	516	10	Rural	% pop rural	100%
Cacique Doble	4.865	204	24	Rural		
Capão Bonito do Sul	1.753	527	3	Rural		
Caseiros	3.007	236	13	Rural		

Ibiaçá	4.710	349	13	Rural			
Ibiraíaras	7.175	301	24	Rural			
Lagoa Vermelha	27.529	1.264	22	Rural			
Machadinho	5.515	334	17	Rural			
Maximiliano de Almeida	4.907	209	23	Rural			
Paim Filho	4.243	182	23	Rural			
Sananduva	15.373	505	30	Rural			
Santa Cecília do Sul	1.655	199	8	Rural			
Santo Expedito do Sul	2.461	126	20	Rural			
São João da Urtiga	4.726	171	28	Rural			
São José do Ouro	6.906	335	21	Rural			
Tapejara	19.252	239	81	Relat. Rural			
Tupanci do Sul	1.574	135	12	Rural			
Vila Lângaro	2.152	152	14	Rural			
Norte	Região Essencialmente Rural (56,60%)						
Aratiba	6.568	341	19	Rural	Pop total	221.450	
Áurea	3.665	158	23	Rural	% pop rural	0,5660	
Barão de Cotegipe	6.529	260	25	Rural			
Barra do Rio Azul	2.003	147	14	Rural			
Benjamin Constant do Sul	2.307	132	17	Rural			
Campinas do Sul	5.509	276	20	Rural			
Carlos Gomes	1.607	83	19	Rural			
Centenário	2.967	134	22	Rural			
Charrua	3.471	198	18	Rural			
Cruzaltense	2.141	167	13	Rural			
Entre Rios do Sul	3.080	120	26	Rural			
Erebango	2.970	153	19	Rural			
Erechim	96.105	431	223	Relat. Urbano			
Erval Grande	5.167	286	18	Rural			
Estação	6.011	100	60	Rural			
Faxinalzinho	2.567	143	18	Rural			
Florianópolis	2.018	168	12	Rural			
Gaurama	5.862	204	29	Rural			
Getúlio Vargas	16.156	287	56	Rural			
Ipiranga do Sul	1.944	158	12	Rural			
Itatiba do Sul	4.171	212	20	Rural			
Jacutinga	3.630	179	20	Rural			
Marcelino Ramos	5.134	230	22	Rural			
Mariano Moro	2.210	99	22	Rural			
Paulo Bento	2.196	148	15	Rural			
Ponte Preta	1.750	100	18	Rural			
Quatro Irmãos	1.778	268	7	Rural			
São Valentim	3.632	154	24	Rural			
Sertão	6.294	439	14	Rural			
Severiano de Almeida	3.842	168	23	Rural			
Três Arroios	2.855	149	19	Rural			
Viadutos	5.311	268	20	Rural			
Produção	Região Relativamente Urbana (27,78%)						
Almirante Tamandaré do Sul	2.062	265	8	Rural	Pop total	338.081	
Camargo	2.591	138	19	Rural	% pop rural	0,2778	
Carazinho	59.301	665	89	Relat. Urbano			
Casca	8.648	272	32	Rural			
Ciríaco	4.922	274	18	Rural			
Coqueiros do Sul	2.457	276	9	Rural			

Coxilha	2.826	423	7	Rural		
David Canabarro	4.683	175	27	Rural		
Ernestina	3.088	239	13	Rural		
Gentil	1.677	184	9	Rural		
Marau	36.383	649	56	Rural		
Mato Castelhana	2.470	238	10	Rural		
Muliterno	1.813	111	16	Rural		
Nova Alvorada	3.177	149	21	Rural		
Passo Fundo	184.869	783	236	Urbano		
Pontão	3.857	506	8	Rural		
Santo Antônio do Palma	2.139	126	17	Rural		
Santo Antônio do Planalto	1.987	203	10	Rural		
São Domingos do Sul	2.926	79	37	Rural		
Vanini	1.984	65	31	Rural		
Vila Maria	4.221	181	23	Rural		
Alto da Serra do Botucará	Região Essencialmente Rural (100%)					
Alto Alegre	1.848	114	16	Rural	Pop total	103.986
Barros Cassal	11.133	649	17	Rural	% pop rural	100%
Campos Borges	3.494	227	15	Rural		
Espumoso	15.240	783	19	Rural		
Fontoura Xavier	10.712	583	18	Rural		
Gramado Xavier	3.970	218	18	Rural		
Ibirapuitã	4.061	307	13	Rural		
Itapuca	2.337	184	13	Rural		
Jacuizinho	2.507	339	7	Rural		
Lagoão	6.185	384	16	Rural		
Mormaço	2.749	146	19	Rural		
Nicolau Vergueiro	1.721	156	11	Rural		
São José do Herval	2.204	103	21	Rural		
Soledade	30.065	1.213	25	Rural		
Tio Hugo	2.724	114	24	Rural		
Victor Graeff	3.036	238	13	Rural		
Rio da Várzea	Região Essencialmente Rural (100%)					
Barra Funda	2.367	60	39	Rural	Pop total	130.596
Boa Vista das Missões	2.114	195	11	Rural	% pop rural	100%
Cerro Grande	2.417	73	33	Rural		
Chapada	9.377	684	14	Rural		
Constantina	9.741	203	48	Rural		
Engenho Velho	1.530	71	22	Rural		
Jaboticaba	4.111	128	32	Rural		
Lajeado do Bugre	2.487	68	37	Rural		
Liberato Salzano	5.780	246	23	Rural		
Nova Boa Vista	1.960	94	21	Rural		
Novo Barreiro	3.978	124	32	Rural		
Novo Xingú	1.757	81	22	Rural		
Palmeira das Missões	34.335	1.419	24	Rural		
Ronda Alta	10.228	419	24	Rural		
Rondinha	5.520	252	22	Rural		
Sagrada Família	2.595	78	33	Rural		
São José das Missões	2.720	98	28	Rural		
São Pedro das Missões	1.886	80	24	Rural		
Sarandi	21.312	353	60	Rural		
Três Palmeiras	4.381	181	24	Rural		